



RELATÓRIO E CONTAS

1º semestre de 2005

CAPITAL SOCIAL: 20.000.000 EUROS

SEDE: CASAL DE SANTA LEOPOLDINA, QUELUZ DE BAIXO

MATRICULADA NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS SOB O Nº 2 184

PESSOA COLECTIVA Nº 500 166 587



**LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E
ARTES GRÁFICAS, S.A.**

**Rua Consiglieri Pedroso, 90
Casal de Santa Leopoldina
Queluz de Baixo
2745-553 Barcarena**

Capital Social: 20.000.000 €

*Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Cascais sob o n.º 2 184*

Pessoa Colectiva n.º 500 166 587

ORGÃOS SOCIAIS

Mandato 2003 - 2006

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: João António Moraes Leitão

Vice-Presidente: João Manuel Pinto de Ruella Ramos

Secretária: Maria do Carmo Pinto de Ruella Ramos

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: António Pedro Marques Patrocínio

Vogais: José Luis André Lavrador

José Pedro Franco Brás Monteiro

CONSELHO FISCAL

Presidente: António de Almeida

Vogais: Nuno Martins

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC, representada por

Óscar José Alçada da Quinta, (ROC nº 731)

EXERCÍCIO DE 2005

1º SEMESTRE

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos da lei, designadamente do que está contido no Art. 246º do Código do Mercado de Valores Mobiliários e do Regulamento 00/11 da CMVM, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e restantes documentos de prestação de contas reportados a 30 de Junho de 2005.

Toda a informação constante deste Relatório e das Demonstrações Financeiras em que está suportado respeitam à actividade e resultados da Empresa durante o 1º semestre do exercício referido.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO DA ACTIVIDADE DA EMPRESA

1.1. Evolução macro-económica

O ritmo de crescimento da actividade económica mundial dá sinais de debilidade, decorrente do impacto do aumento do preço do petróleo, da expectativa de subida das taxas de juro, do esgotamento de algumas medidas tomadas a nível fiscal e da queda da despesa pública.

A conjuntura económica global continua marcada pela evolução do preço do petróleo que atingiu já USD 70/barril. Sendo que se mantêm actuais, e deverão prolongar-se a curto e médio prazo, os factores que determinaram a alta do preço do crude

- Do lado da procura: forte crescimento da actividade nos EUA, China, Índia e Ásia em geral;
- Do lado da oferta: ameaça de acções terroristas na Arábia Saudita, instabilidade político-militar no Iraque, confronto político entre EUA e o Irão sobre o programa nuclear deste país, instabilidade política na Nigéria e Venezuela, catástrofes naturais (furacões, tempestades) afectando as infra-estruturas de extração/refinação.

Em função destes factores, o preço do petróleo deverá manter-se elevado, próximo dos USD 70/barril, durante o corrente e próximos anos, com custos crescentes para a economia mundial.

Os EUA têm evidenciado uma desaceleração suave do seu crescimento, mantendo-se robusta a procura interna o que garantiu a criação de emprego e controlo das tensões inflacionistas.



No entanto, o potencial impacto negativo da subida do preço do petróleo é um risco cada vez maior para a economia americana, havendo receios de que o actual “choque petrolífero” e a tendência da subida das taxas de juro aumentem a probabilidade de uma correcção da situação financeira das famílias americanas a médio prazo.

A China mantém o seu papel de motor do crescimento económico mundial, enquanto o Japão continua a contrastar com indicadores de crescimento bastante frágeis.

As economias da UE evidenciam níveis de confiança das empresas e particulares bastante frágeis.

A avalanche de dados negativos quanto ao consumo e investimento foi parcialmente contrariada pela melhoria do sector externo, denunciando que a economia europeia tardará a iniciar o processo de reactivação.

A actividade económica da Zona Euro deverá ser condicionada no 2º semestre de 2005 e ao longo do próximo ano pela evolução em alta do preço do petróleo, pela debilidade da procura interna e pelo impacto negativo na economia global resultante da subida das taxas de juro nos EUA.

Mantém-se a expectativa de um crescimento moderado do PIB em 2005, em torno de 1,3%, e uma probabilidade crescente de uma desaceleração em 2006, pelo que os juros de referência deverão manter-se inalterados à volta dos 2% no próximo trimestre.

Destacando-se no panorama da Zona Euro, a economia espanhola mantém um crescimento sólido, sustentado no forte ritmo expansivo da procura interna; o sector exportador continua a não corresponder, contrariando o bom desempenho interno.

Traduzindo alguma incerteza no que toca ao clima de confiança dos agentes económicos, pode apontar-se a evolução dos índices bolsistas nos vários mercados financeiros, manifestando comportamentos hesitantes, mas todos consistentes.

Assim, o PSI 20 situava-se no final de 2004 nos 7.600, cresceu até Março para 7.786 e no final do semestre estava nos 7.510. O IBEX situava-se no final do ano em 9.080, cresceu até Março para os 9.258 e, no final do semestre estava nos 9.783. O CAC situava-se no final de 2004 em 3.821, evoluiu até Março para os 4.068 e estava no final de Junho em 4.229. O DAX situava-se no final do ano em 4.256, evoluiu até Março para 4.349 e, no final do semestre estava nos 4.586. O MIB situava-se em fins de 2004 nos 31.220, cresceu para 32.512 em final de Março para se situar no semestre em 32.356. O Down Jones situava-se no final do ano em 10.183, evoluiu até Março para 10.504 e estava no final do semestre em 10.275, enquanto que o Nasdaq situava-se no final do ano em 2.175, evoluiu até Março para 1.999 e estava no final de Junho em 2.057.

As taxas de juro revelaram uma evolução consistente com os comportamentos da economia entre os semestres; assim, a Euribor a 3 Meses desceu de 2,155 no final do ano, para 2,147 no final de Março para acentuar a tendência e descer para 2,106 no final do semestre. A Euribor a 6 Meses evoluiu de 2,215 no final do ano, para 2,207 em fins de Março, e registou nova descida mais acentuada, fixando-se em 2,097 no fim do semestre. A Euribor a um mês



manteve um comportamento mais uniforme, porquanto estava em final de 2004 em 2,128, desceu para 2,105 em fins de Março para se fixar em 2,104 no final do semestre.

A relação EURO/DÓLAR deteriorou-se no semestre em cerca de 0,15, porquanto passou de 1,3556 em fins de 2004, para 1,2968 em fim do trimestre e 1,2094 no fim do semestre.

No tocante à economia portuguesa verificou-se um crescimento em termos reais de 0,5% no segundo trimestre de 2005, face a período homólogo, acima do verificado no primeiro trimestre em que o crescimento tivera a expressão de 0,1%. No conjunto do semestre, o crescimento do PIB atingiu a expressão de 0,3%, face a período homólogo do ano anterior.

Tendo-se verificado uma ligeira recuperação das exportações de bens e serviços e tendo as importações desacelerado, o contributo da procura externa líquida para o crescimento homólogo do PIB permaneceu desfavorável (-0,5 pp) mas melhorado em relação ao primeiro trimestre (-1,8 pp).

Em termos nominais, o saldo da balança de bens e serviços registou uma ligeira melhoria, cifrando-se em -8,3% do PIB, contra -8,9% no primeiro trimestre.

O Consumo Privado das famílias registou uma variação homóloga de 3%, traduzindo-se num contributo de 2 pp para o crescimento do PIB. A componente de bens de consumo duradouro foi a mais dinâmica do consumo privado, tendo crescido cerca de 10%, comportamento que não se pode dissociar da antecipação das compras determinada pela subida em Julho da taxa do IVA de 19% para 21%.

O Investimento intensificou a quebra, tendo caído 4,5% em volume no segundo trimestre, face a período homólogo, quando no primeiro trimestre a variação se havia quedado pelos 1,3%.

No contexto de uma previsão de crescimento anual do PIB para um intervalo entre 0,5% e 0,7%, contra 1,2 registado em 2004, os principais indicadores de actividade mantêm tendência negativa, a despeito do crescimento de 0,3% ocorrido no semestre.

O cenário de manutenção do preço do petróleo próximo dos USD70/barril em 2005 poderá bastar para provocar nova queda do PIB e conduzir a um crescimento zero.

A taxa de desemprego desceu de 7,5% para 7,2% no segundo trimestre de 2005, contra 6,3% no segundo trimestre do ano anterior e 6,7% no total do ano.

O número de desempregados atingiu em Julho cerca de 460 mil trabalhadores.

O endividamento das famílias subiu em 2004 para 118% do rendimento disponível, estimando-se que tenha prosseguido a tendência neste primeiro semestre.

Por outro lado, o reconhecimento do descontrolo do défice público determinou, por parte do Governo, a tomada de medidas avulsas, o que criou um clima de apreensão generalizado, contribuindo para aprofundar o estado de letargia da economia, piorando o nível de confiança dos agentes.



1.2. GOVERNO DAS SOCIEDADES

Tendo em conta as recomendações constantes do Regulamento da CMVM 07/2001 de 20 de Dezembro, e dos vários documentos posteriores relativos ao assunto, designadamente o Anexo descriptivo do esquema de Relatório que se deve realizar, a LISGRÁFICA dá conta, nas alíneas seguintes, dos seus procedimentos nos aspectos que importam.

1.2.1. – Divulgação de Informação

1. A Administração funciona de forma colegial, reportando a ela directamente e sem ligação directa de pelouros, 6 Direcções: Comercial, Financeira e Administrativa, Pessoal, Qualidade, Investigação e Desenvolvimento e Industrial, com os diversos Serviços que estão ilustrados no Organograma que figura abaixo e está em vigor desde Dezembro de 2004.

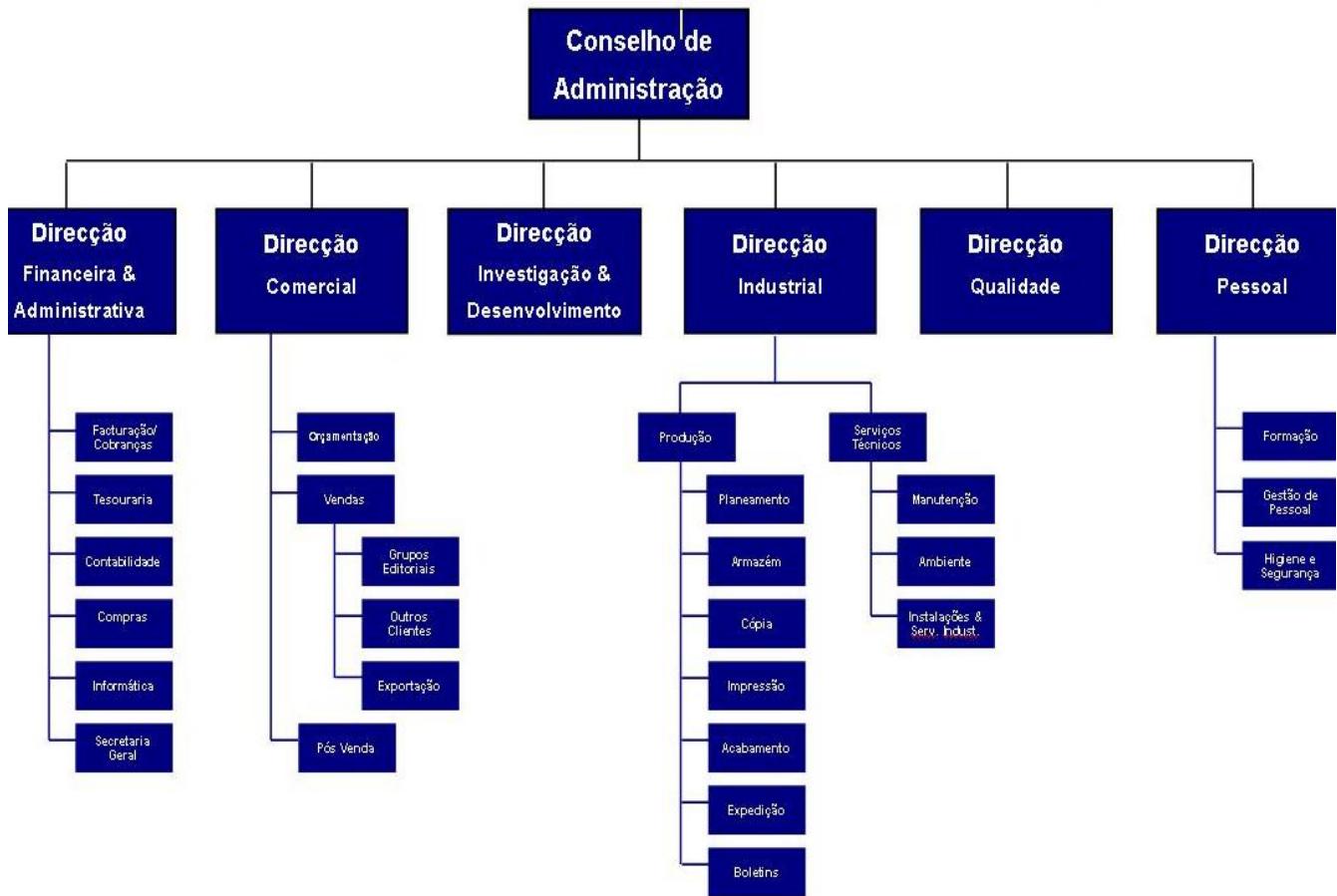
O Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida da sociedade, como é sua obrigação e competência, e só por ele são tomadas decisões sobre matérias com alguma importância. O Conselho de Administração está em contacto quase permanente com as Direcções e recebe informação com grande regularidade e detalhe que lhe permite gerir a sociedade com pleno conhecimento das circunstâncias, bem como acompanha os resultados do permanente controlo realizado pelas Direcções de Qualidade e ao qual nos referimos no ponto 1.2.3.2.

O Conselho de Administração tem como objectivo a gestão e a coordenação da sociedade, bem como a informação aos seus Accionistas. O Conselho de Administração define também os vectores de concretização da acção estratégica global, que visa a criação de mais valor da sociedade através da prestação de serviços de qualidade, de prazos curtos, preços competitivos, grande atenção aos clientes e às suas necessidades, e, por outro lado, a utilização de tecnologia moderna e capaz de aumentar a produtividade própria, tendo sempre presente que os recursos humanos são o principal capital e que são sempre seguidos critérios éticos e morais, com respeito pelo ambiente e pela segurança.

O Conselho de Administração reúne com frequência, mais de uma vez por semana, e também com frequência com outros membros da hierarquia, designadamente com os directores dos departamentos.

Com carácter mais formal, o Conselho de Administração reúne no mínimo uma vez por mês.





2. Não há comissões criadas na sociedade.

3. Descrição da evolução da cotação das acções do emitente tendo em conta designadamente:

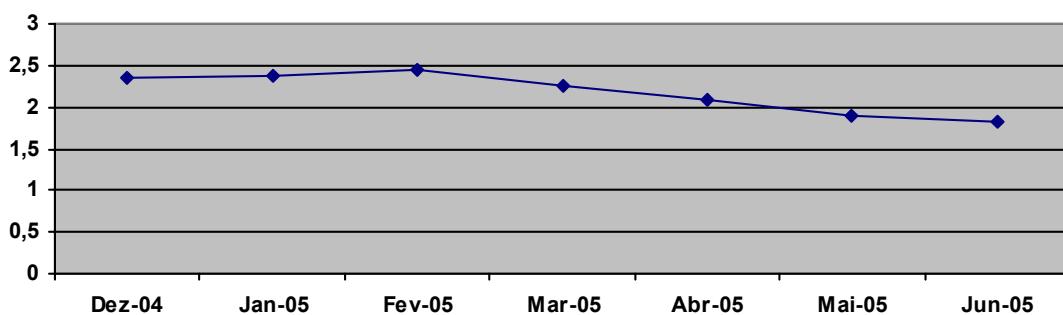
- (a) a emissão de acções ou de outros valores mobiliários que dêem direito à subscrição ou aquisição de acções;
- (b) o anúncio de resultados;
- (c) o pagamento de dividendos efectuado por categoria de acções com indicação do valor líquido por acção.



Pouco depois da entrada em Bolsa verificou-se uma queda generalizada das cotações, que na maioria dos casos pouco teria a ver com o verdadeiro valor das empresas mas, mais decorrente das características de mercado acionista periférico e da baixíssima liquidez que possui.

Não houve, no primeiro semestre de 2005, qualquer emissão de acções ou outros valores mobiliários, nem foram distribuídos dividendos no exercício, sendo que o anúncio dos resultados obtidos se faz através da publicação das contas/notas informativas correspondentes aos trimestres/semestres do exercício.

A evolução da cotação das acções ao longo do semestre pode ser ilustrada no gráfico abaixo, que evidencia uma queda ligeira no 1º trimestre do ano (2,35 em 31/12/04 para 2,25 em 31/03/05) e uma desvalorização um pouco mais pronunciada no 2º trimestre (2,25 em 31/03/05, para 1,83 em 30/06/05).



4. Política de Dividendos: Nos exercícios seguintes à entrada em Bolsa - 1999 e 2000 - foram distribuídos dividendos representando cerca de 0,40 euro/acção, política abandonada transitoriamente em 2001 por força da prolongada e grave crise económico-financeira que se verifica desde então, e ainda permanece, motivo pelo qual neste exercício também não haverá distribuição de dividendos, até por força da situação dos Resultados Transitados e Capitais Próprios da sociedade.
Como política de princípio pode dizer-se que é nossa intenção distribuir lucros quando e sempre que for possível sem com isso afectar a solidez económico-financeira da sociedade.
5. Não existe plano de atribuição de acções ou de exercício de opções.
6. Não houve qualquer negócio ou operação entre a sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais e/ou titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relações de domínio ou de grupo.



7. Gabinete de Apoio ao Investidor: O Serviço de apoio ao Investidor é realizado pelo administrador designado Representante para as relações com o Mercado, pessoa com particular competência para a área financeira e económica, cabendo-lhe atender todos os Accionistas e, mesmo apenas, interessados em informações sobre a sociedade.

O acesso é normal, bastando um simples telefonema de marcação prévia e o interessado é encaminhado e atendido.

Por outro lado, e dentro do cumprimento das obrigações e recomendações vigentes no que diz respeito à Informação a prestar ao Mercado, a Lisgráfica tem a preocupação de comunicar todos os factos relevantes da sua actividade ao longo do ano, quer em Comunicados para a CMVM, quer através de contactos com a Comunicação Social, a qual é atendida pela Administração sempre que a procura.

O referido Representante é o Senhor Dr. José Luís André Lavrador.

A Lisgráfica tem um sítio na Internet que contém as informações obrigatórias sobre a sociedade, designadamente as de carácter financeiro (Relatórios e Contas, Convocatórias, Notas Informativas, Pacto Social, Órgãos Sociais, etc.) bem como as Normas sobre o Governo da Sociedade; está em preparação e desenvolvimento, no mesmo sítio, um conjunto de outras informações sobre as capacidades comerciais e industriais da Lisgráfica, que esperamos fique operacional no decurso do corrente exercício.

O endereço electrónico do sítio é www.lisgrafica.com

8. Não existe Comissão de remunerações do Órgão de administração na sociedade, nem tal se tem revelado necessário, para além de que não está prevista nos Estatutos Sociais. A fixação das remunerações dos Órgãos de Administração tem sido feita em Assembleia Geral, nos termos do artigo 10º do pacto social.

9. A seguir indicamos os montantes pagos no período:

- Remuneração do Conselho de Administração Euros 103.997
- Remunerações ao Conselho Fiscal Euros 11.700

1.2.2. – Exercício de Direito de Voto e Representação de Accionistas

1. Os estatutos da LISGRÁFICA são extremamente simples, e deixam à lei em vigor uma eficácia quase total não havendo qualquer regra estatutária que afaste ou dificulte o voto, nomeadamente o exercício do direito de voto por correspondência, a não ser que se considere o facto de não existir boletim de voto para o voto por correspondência ou ainda de o bloqueio das acções dever ser feito com o prazo, até há pouco habitual, de oito dias.



O voto por correspondência não está previsto mas também não é excluído nos estatutos, e o seu exercício consta expressamente na convocatória das Assembleias Gerais, tal como foi o caso do anúncio da Assembleia que vai apreciar estes documentos, nos seguintes termos:

“ Os Senhores accionistas terão direito a um voto por cada 100 acções que detenham, e podem votar por correspondência devendo, neste caso, a declaração de voto (que deve indicar os pontos da ordem de trabalhos a que respeita) ser enviada para a sede social em sobreescrito fechado e dirigido ao presidente da mesa da assembleia geral, de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião. O escrutínio dos votos recebidos por correspondência será feito no início da reunião, devendo os mesmos ser apresentados pelo Secretário da sociedade, que assegurará a sua confidencialidade, seguindo-se em tudo o mais o prescrito nas Recomendações de 26 de Fevereiro de 2001 pela CMVM”.

2/3. Como se refere acima, não existe propriamente um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, mas também não foi ainda necessário, isto é, ninguém o solicitou até à data, e não existe ainda possibilidade de exercício de voto por meios electrónicos.

4/5. A antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral está estabelecida nos estatutos, e é de oito dias, havendo a intenção de, em futura revisão do contrato social, reduzir este prazo para o colocar dentro das recomendações da CMVM. No que diz respeito ao voto por correspondência, o prazo exigido para a sua recepção está incluído na convocatória atrás reproduzida: o voto deve ser enviado de forma a ser recebido até às 17 horas do dia anterior ao da reunião, estando portanto este prazo dentro das recomendações da CMVM.

6. A cada 100 acções cabe um voto (nº 2 do artigo 8º do Pacto Social).

1.2.3. – Regras Societárias

1. Não existe qualquer código de conduta específico para a Lisgráfica ou outros regulamentos internos.
2. O controlo é efectuado periodicamente por auditorias externas e, mensalmente, pelo Revisor Oficial de Contas, que passa vários dias por mês na sociedade e revê, controla e fiscaliza todos os documentos, procedimentos e circuitos, realizando reuniões mensais com a Administração, a quem reporta os resultados das suas acções. Periodicamente realizam-se também reuniões do Conselho Fiscal, que acompanha a evolução da Empresa. Para além disto, e em mais detalhe e frequência, a Direcção da Qualidade, no exercício das suas funções, controla mensalmente o cumprimento de indicadores sectoriais que, em colaboração com a Administração/Direcções haviam sido estabelecidos como referências/metas indicativas de eficiência dos vários Serviços.



Tais indicadores cobrem a generalidade das áreas de actuação da sociedade e têm natureza quantitativa e qualitativa permitindo um acompanhamento rigoroso do desempenho das várias áreas de actuação. Exemplo dos indicadores referidos: Resultados mensais, Desvios Orçamentais e versus ano anterior de Vendas por Famílias/Títulos, Prazo Médio de recebimentos e pagamentos, Grau de satisfação dos Clientes, Prazo de Disponibilidade dos Dados de Gestão Mensais, Nível de Desperdício de Matérias Primas, Produtividade Mensal das equipas de Impressão, Produtividade do Acabamento, Produtividade da Cópia, Análise dos Consumos específicos, etc.

3. Não há limites ao exercício do direito de voto, nem direitos especiais de qualquer accionista. Existe apenas um contrato de gestão entre o principal accionista (Gestprint, SGPS, S.A.) e a Lisgráfica, contemplando a forma de remuneração pelos serviços de gestão prestados pela Holding, cujas cláusulas têm sido ratificadas nas sucessivas Assembleias Gerais da Lisgráfica, designadamente para o mandato de 2003 a 2006 pela Assembleia Geral de 28 de Maio de 2003.

1.2.4. – Órgão de Administração

1. a) O Conselho de Administração, cujos 3 membros são todos executivos, é composto pelas seguintes pessoas:

Presidente	Engº António Pedro Marques Patrocínio
Vogais	Dr. José Luís André Lavrador
	Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro

São Administradores independentes, isto é, não têm interesse, participação ou relações especiais com os Accionistas que detêm maior número de acções da empresa, os Senhores Engº António Pedro Marques Patrocínio e Dr. José Luís André Lavrador.

b) Outras funções em Empresas do mesmo Grupo:

- O Senhor Engº António Pedro Marques Patrocínio é também administrador da “GRAFEDISPORT – Impressão e Artes Gráficas, S.A.” e da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”
- O Senhor Dr. José Luís André Lavrador é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.”. O Senhor Dr. José Pedro Franco Braz Monteiro é também administrador da “GRAFILIS – Reprodução e Artes Gráficas, S.A.” e da “GESTPRINT – SGPS, S.A.”.

2. Não há outros órgãos com competência em matéria de gestão executiva além do atrás referido.

3. O funcionamento e frequência de reuniões do Conselho de Administração estão referidos no ponto 1.2.1. desta Informação.



4. A remuneração total ou parcial de todos os titulares do órgão de administração não está dependente dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas.
5. Os custos no período com o Conselho de Administração, no que se refere à sua remuneração, foram de Euros 103.997.

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

A Lisgráfica cumpre as principais recomendações da CMVM, com excepção, salvo erro e/ou omissão, dos seguintes pontos:

-RECOMENDAÇÃO II-2: Não há praticamente qualquer limitação ao exercício do direito de voto, mas os estatutos da sociedade estabelecem um prazo de 8 dias de antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral, o qual é superior à actual recomendação de 2 dias úteis.

Também nunca nos foram solicitados boletins de voto para o exercício por correspondência, e quando tal acontecer o exercício do direito de voto não será prejudicado.

-RECOMENDAÇÃO II-7: Não existem comissões de controlo internas com a atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários, mas esta avaliação é feita permanentemente pelo próprio Conselho de Administração, no qual 2 dos 3 membros são independentes, não só em debate frequente entre si sobre estes assuntos, como também em diálogo com a Direcção da Qualidade.

Para além disso, esta avaliação também é realizada pelos representantes da GESTPRINT com quem a Lisgráfica tem um contrato de gestão.

-RECOMENDAÇÃO II-9: A remuneração dos membros do Conselho de Administração é indicada de forma agregada. Na verdade, por um lado, a informação da remuneração individual não diz respeito ao grande público e, quanto aos accionistas, essa informação é do seu conhecimento pois as remunerações são fixadas em Assembleia Geral.



2. A EMPRESA E AS SUAS ACTIVIDADES AO LONGO DO SEMESTRE

ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O ano de 2004 pareceu constituir o ponto de viragem de um ciclo que se estendeu por três anos em que o Sector sofreu os efeitos decorrentes de uma conjuntura de recessão.

Com efeito, alguns indicadores registados em tal exercício pareciam indicar tal fenómeno, designadamente um forte crescimento do investimento publicitário de cerca de 14%, a evolução do PIB com crescimento de 1,2%, crescimento do investimento da ordem dos 2,2%, crescimento do consumo privado de cerca de 2,5%, reflectindo aumento de confiança dos agentes e incremento das exportações em 4,6%.

Não obstante o crescimento do PIB de 0,3% registado no primeiro semestre de 2005, face a período homólogo do ano anterior, as expectativas de consolidação da retoma afrouxaram; para tal contribuiu decisivamente a conjuntura económica internacional, particularmente na Zona Euro, e a escalada do preço do petróleo, havendo vários analistas a antever para o final do ano um crescimento próximo do zero.

Após um crescimento de 14% em 2004, o mercado publicitário deverá crescer em 2005 entre 2% e 4% registando-se, portanto, um forte abrandamento, ainda assim melhor que o comportamento da economia.

Tendo como pano de fundo uma conjuntura com as delimitações apontadas, parece terem-se esfumado as esperanças acalentadas no final de 2004 de que estávamos no início da viragem de um ciclo.

O Sector vive, assim, ainda um período difícil, condicionado pela continuação do forte dinamismo editorial com sinais de concentração, pelo agudizar da concorrência e do esmagamento dos preços entre unidades nacionais e estrangeiras e de uma acentuada concorrência estrangeira, em particular de Espanha e pela expectativa quanto ao reforço de investimento.

Para além dos condicionalismos derivados da conjuntura económica geral, e dos que particularmente afectaram o Sector Gráfico, a actividade da Lisgráfica durante o 1º semestre de 2005 foi influenciada pela limitação de meios derivada do sinistro ocorrido em Janeiro de 2004 e que provocou a perda de uma rotativa de revistas de 48 páginas.

Com vista a minorar os efeitos de tal limitação, foi decidido instalar uma Rotativa de Revistas Harris 850 adquirida à Naveprinter, aquando do encerramento do seu departamento de impressão de revistas, em simultâneo com uma Máquina de Acabamento “*Muller-Martini Tempo*” de ponto de arame.

A decisão de substituição definitiva da rotativa sinistrada foi adiada para 2007, procurando compatibilizá-la com a opção de Páginas Amarelas sobre a mudança de formato das Listas Regionais e, especialmente, da evolução futura do mercado.



Como reflexo de todos os condicionalismos apontados e atestando o empenhamento da gestão e de toda a Equipa, registou-se um incremento das Vendas, face a semestre homólogo, de cerca de 1,5 milhões de Euros, equivalente a 9,1%, reflectindo um aumento de cadernos impressos de cerca de 250 milhões (34%), abarcando todas as Famílias, com excepção das Revistas Semanais a mais vulnerável à limitação de capacidade.

A comparação com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio global de cerca de 350 mil Euros (2,1%), com especial acuidade em Revistas Semanais/Suplementos, explicada pela citada limitação de meios.

Face às Vendas, os Proveitos Operacionais traduzem um crescimento muito mais moderado, face a período homólogo, limitado a cerca de 38,5 mil Euros, em consequência da queda dos Outros Proveitos Operacionais registada no semestre de 2005 e resultante da não repetição óbvia da indemnização compensatória da seguradora.

Tendo prosseguido as medidas tendentes ao controlo rigoroso dos custos e à sua adequação às novas condições de laboração, observou-se um agravamento de Custos Operacionais, face a período homólogo, de cerca de 1,5 milhões de Euros. Este aparente insucesso deriva, particularmente, do registo como Rendas e alugueres de cerca de 1,5 milhões de Euros, derivada da operação imobiliária, da absorção de cerca de 15 trabalhadores da Grafilis nos quadros da Lisgráfica que representam custos de cerca de 150 mil Euros e de um incremento em consumos de mercadorias, matérias-primas e subsidiárias da ordem dos 920 mil Euros, explicado pelo incremento das Vendas e pela sua distribuição por Famílias com peso relativo maior pela de Catálogos/Folhetos com consequência directa no consumo de papel.

Os Custos Financeiros reflectem uma economia de cerca de 850 mil Euros (39,5%).

Da comparação com o Orçamento resulta, em matéria de Custos Operacionais, um desvio negativo de cerca de 1,258 milhões de euros e no tocante a Custos Financeiros um desvio igualmente desfavorável de cerca de 12 mil Euros (0,9%).

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, ao controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a Empresa no panorama do Sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupações pela qualidade e cumprimento dos prazos sem descurar preocupações no âmbito do ambiente e segurança no trabalho.

A gestão acompanhou e participou interessadamente no desempenho da Grafedisport e considera que o período decorrido desde a sua constituição vem comprovar que a autonomização da operação de jornais foi uma medida conseguida, estando atenta a uma possível oportunidade de negócio que passaria pelo reforço da capacidade produtiva da nova unidade.



Paralelamente, e concretizada que foi a operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica, e a passagem a um regime de arrendamento temporário, foi em conjunto com o ESAF formulado um estudo prévio visando o aproveitamento das parcelas desnecessárias à operação industrial e respectivo loteamento, e submetido à CMO, aguardando-se a respectiva decisão. O desenvolvimento de tal projecto permitirá a venda/arrendamento dos lotes aprovados com reflexo directo na redução da renda actual e partilha das mais-valias que se estimam vir a ocorrer.

O encaixe financeiro resultante da operação imobiliária permitiu uma considerável redução do Passivo Financeiro e concorreu, adicionalmente, para a obtenção de garantias bancárias necessárias à assinatura do PEC com vista à regularização das responsabilidades fiscais.

A Acta Final e Contrato associados a tal Procedimento foram assinados em 31 de Julho, o esquema prestacional de regularização iniciar-se-á em Setembro e determinou a constituição de depósitos colaterais de cerca de cinco milhões de Euros.

Este conjunto de medidas conferiu às Contas da sociedade um maior rigor fazendo com que as Demonstrações Financeiras espelhem com maior verdade a realidade da sua situação patrimonial e o resultado das suas operações.

Passando em revista cada uma das Áreas, temos:

[Impressão de Revistas](#)

Após ter orientado o seu principal esforço de investimento, durante o período 1999/2000 para o Departamento de Impressão e Acabamento de Revistas, este Departamento dispunha, no final do ano de 2002 de uma capacidade instalada rondando os 520 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 500 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

O quadro geral das máquinas era, no final de 2003, composto por oito rotativas, designadamente 2 Harris M850, de 32 páginas A4/28 000 ex./hora, duplexadas entre si, podendo imprimir em conjunto Listas Telefónicas em cadernos de 64 páginas ou, separadas, imprimir cadernos de 32 páginas de revistas, 1 Harris M300 de 16 páginas A4/ 35 000 ex./hora, 2 Harris M600, de 16 páginas A4 /50 000 ex./hora e 3 Heidelberg Sunday 4000 equipadas com dobradeira, instaladas duas durante o exercício de 2000 e a terceira no exercício de 2002, que imprimem cadernos de 48 páginas, operam a velocidades práticas de 35 mil exemplares/hora e estão apetrechadas com um nível de automatização muito mais elevado no domínio da alimentação de papel, lavagem de cauchús, mudança de chapas, acerto de cor, etc.



Como complemento das citadas rotativas M4000 foram instalados sistemas de colagem em linha “Planalto” que permitem o acabamento/colagem de revistas em simultâneo com a respectiva impressão, bem como sistemas de corte circular “Rima” que permite o acabamento das revistas em linha de impressão, evitando a sua passagem ao sector de acabamento quando não careçam de agrafamento.

À saída da linha de impressão as M4000 foram apetrechadas com stackers “Civiemme” possibilitando a organização automática dos balotes.

A reformulação do parque de rotativas comerciais a que aludimos implicou, no seu conjunto, um acréscimo de capacidade da ordem dos 50% que, face à conjuntura que vivemos, determina algum excesso de capacidade.

O Departamento dispunha, no final de 2003, de uma capacidade instalada rondando os 700 mil cadernos de 16 páginas/hora, o que equivale à produção completa de 700 mil revistas, de 100 páginas num só turno de 8 horas.

Tal capacidade foi reduzida no mês de Janeiro de 2004 em consequência de um incêndio que deflagrou nas instalações da sociedade, provocando danos significativos em duas rotativas de 48 páginas; tomadas as medidas convenientes no sentido de minorar os efeitos que tal sinistro provocou, em matéria de cumprimento de contratos com Clientes, foi recuperada a Rotativa nº 9 em cerca de três semanas, enquanto que no que respeita à Rotativa nº 8, parcialmente perdida, foi negociada a respectiva indemnização por parte da Seguradora e encarada a respectiva substituição.

Numa primeira fase, resolveu-se a perda de capacidade produtiva através do recurso a subcontratação no exterior, nomeadamente no tocante a Listas Telefónicas e adiou-se a transferência dos trabalhos da Lusomundo da Naveprinter para a Lisgráfica.

Encarada a substituição da rotativa sinistrada, foi adiada tal decisão, na expectativa da consolidação de diversos projectos futuros, por forma a podermos seleccionar um equipamento adequado à execução desses projectos, ainda que se estime que a aquisição de uma nova rotativa possa vir a ocorrer até ao final do exercício de 2007.

Nessa medida, e como forma de compensar temporariamente a escassez de meios, foi decidido adquirir à Naveprinter, no quadro da sua decisão de encerrar o Departamento de impressão de Revistas, as duas rotativas M850 e M300 que foram instaladas durante o primeiro trimestre de 2005 repondo, em parte, a capacidade anterior ao sinistro.

A actividade do Departamento poderá ser ilustrada através dos quadros abaixo:

1. Produção das Rotativas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2005	1º Semestre/2004
999.566	747.967



Apesar dos condicionalismos em que se desenrolou a actividade no período, constatamos um acréscimo de produção das Rotativas de 252 milhões de cadernos, em relação a período homólogo de 2004, equivalente a cerca de 34%, compreendendo a impressão de Listas Telefónicas a quatro cores.

O Sector de Acabamento de Revistas dispunha, no final do exercício, dos seguintes meios:

Três Linhas “*Muller-Martini*” modelo 300, uma Linha “*Heidelberg*”, apoiadas em “back-up” por duas máquinas mais antigas, e ainda uma encartadeira-envelopadora “*Bhurs Zandaam*”, uma Linha “*Muller-Martini*” modelo *Tempo*, com capacidade para 15 mil exemplares/hora e um Sistema de tambor “*Ferag*” com capacidade para 22 mil exemplares/hora e uma segunda Linha “*Muller-Martini*” modelo *Tempo* instalada durante o semestre e adquirida à Naveprinter.

A capacidade global prática desta Linha passou, assim, de 45.000 ex./hora para 71.000 ex./hora, conferindo a este sector muito maior segurança e tranquilidade.

No que respeita à Linha de Capa Colada a aquisição em 1997 da nova unidade “*Corona*” veio dar resposta ao aumento de procura deste tipo de acabamento de revistas.

A capacidade global prática desta Linha passou de 7 500 ex./hora para 17 000 ex./hora, que, julgamos, nos deixa tranquilos para os próximos anos.

Procedeu-se, ainda, à instalação de um sistema de numeração e controlo automático “*Image*” montado em linha de alimentação “*Bhurs Zandaam*” para revistas sujeitas a sorteio.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à instalação de duas unidades Computer-To-Plate (CTP) para revistas, à semelhança do que se havia feito para o Departamento de Jornais, tendo-se optado pelo fabricante “*Creo Scitex*” tendo, em 2002, tal linha sido complementada com a instalação de uma unidade adicional do mesmo fabricante, Linhas substituídas em 2003 por outras mais evoluídas tecnicamente, do fabricante “*Creo*”.

A Linha de Produção de Ponto Arame registou, no semestre, uma produção de cerca de 135 milhões de exemplares, enquanto que a Capa Colada registou uma produção de cerca de 9,4 milhões de exemplares.

Por seu turno, o acabamento na Martini de Listas Telefónicas representou, durante o semestre, cerca de 2,937 milhões de volume.



[Impressão de Jornais](#)

Em resultado do amadurecimento durante o exercício de 2003 de uma ideia traduzida na autonomização da “*Operação Jornais*”, que configurava uma distribuição de risco e investimento, foi estabelecida uma parceria de negócio com o “*Grupo Cofina*”, envolvendo a “*impressão de jornais*” com possível extensão ao “*finishing/distribuição*”.

Tal parceria concretizou-se em princípio de Janeiro de 2004, através da criação de uma Nova Empresa de Impressão de Jornais – *Grafedisport* – detida em partes iguais pela Lisgráfica e Investec, com um capital social de 2,5 milhões de Euros, realizado no tocante à Lisgráfica através da cedência de equipamento. A gestão da Grafedisport é partilhada equitativamente pela Lisgráfica e pela Investec.

Logisticamente a nova Unidade funciona em termos industriais nas antigas Instalações da Lisgráfica (Departamento de Jornais), tendo integrado os trabalhadores daquele Departamento da Lisgráfica e partilhado o espaço e infra-estruturas necessárias ao abrigo de um Protocolo de Colaboração.

A Grafedisport herdou a carteira de Clientes de Jornais da Lisgráfica e, em termos de meios de produção, passou a dispor dos Equipamentos transferidos da Lisgráfica, de uma *Rotativa Regiomax* adquirida à MAN Roland, cuja instalação e testes ocorreram durante o 1º trimestre de 2004, e cuja capacidade e características de impressão permitiram a substituição de três rotativas da Lisgráfica.

As duas Rotativas Mercury sobrantes foram transferidas, durante o 1º semestre, para a Naveprinter, no quadro de uma operação de permuta de equipamentos de jornais e comerciais, no sentido de harmonizar a impressão dos títulos da edição Norte do Editor Cofina com a edição Sul.

Os meios disponíveis foram complementados com um investimento em “*finishing*” que consistiu na instalação de *Linhas Muller Martini* que possibilitam o encarte e expedição automática de jornais, à saída da linha de impressão.

Foi também instalado um Novo Sistema de Transporte à Chapa *CreoScitex*, que permite o diálogo on-line entre a redacção e a fábrica, para execução de chapa e impressão dos títulos, com vista a tirar o máximo partido de tal tecnologia.

Em consequência de tais iniciativas a Lisgráfica já não desenvolveu durante o exercício de 2004 actividade directa neste segmento, ressaltando o sentimento de que decorreu com sucesso e satisfação de todas as partes o primeiro ano de actividade da Grafedisport.



Impressão de Boletins

A actividade deste Departamento evoluiu do seguinte modo:

Produção de Boletins (Mil Boletins)

1º Semestre/2005	1º Semestre/2004
68.198	27.930

Tendo a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa apostado no lançamento, em finais do ano de 2001, das apostas on-line, a Lisgráfica iniciou a produção de Boletins compatíveis, em termos de leitura, pelos terminais das duas gerações, estando neste momento a produzir apenas Boletins para apostas on-line das gamas “Totoloto”, “Totobola” e “Totogolo”.

Durante o exercício de 2004 a Santa Casa lançou uma nova variante de apostas – *Euromilhões* – que cativou os apostadores e permitiu alguma animação no sector.

Apesar das tentativas empreendidas pelo Editor para dinamizar as apostas, continua a registar-se uma tendência regressiva da parte dos apostadores. Assim, ao longo de 2002 registou-se uma descida de 78 milhões de Boletins (42,4%) face ao ano transacto, mantendo-se a tendência de descida, ainda que mais suave, em cerca de 4 milhões (3,7%) entre 2002 e 2003 e registando-se uma subida de cerca de 65 milhões (63%) entre 2003 e 2004, reflectindo o lançamento do *Euromilhões* e o reforço da produção de *Totoloto* para reposição de stocks.

Em função do sucesso do “*Euromilhões*”, que tenderá a ocupar parcialmente o espaço do “*Totoloto*”, a produção anual futura deverá estabilizar à volta dos 120 milhões de boletins, tendo a linha de produção sido concebida em 1994, a pedido do Cliente, para 500 milhões/ano (10 milhões/semana), donde facilmente se alcança o desajustamento entre meios disponíveis e necessários, realidade que leva a encarar, com acuidade acrescida, a hipótese de afectação de uma das rotativas a outros produtos.

Impressão de Listas

No final do 1º semestre de 1998 arrancou um novo Departamento em resultado da operação de aquisição, concretizada por escritura pública outorgada em 24/6/98, das instalações gráficas das Páginas Amarelas associada à celebração de um contrato “Printing Agreement” para impressão e acabamento de todas as Listas Telefónicas, de Telex e Fax editadas por aquela Entidade em Portugal.



O início da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, despoletado no 2º semestre de 2002 com a Lista Classificada de Lisboa, determinou uma reorganização do nosso Departamento de Impressão, que passou a ocupar-se da produção de Listas Telefónicas a quatro cores, à custa das duas rotativas Heidelberg M850 duplexadas, bem como das rotativas de 48 páginas Heidelberg Sunday 4000.

O antigo e clássico Departamento de Listas dispõe de duas rotativas Harris 850, uma máquina plana para impressão de capas e uma máquina de acabamento de capa colada, para além de outros equipamentos para operações acessórias, ocupando-se exclusivamente da impressão dos cadernos até três cores, bem como do acabamento, havendo coordenação e interacção dos dois Departamentos, sob uma Direcção comum, no sentido da harmonização das produções respectivas.

Produção de Listas (Mil Cadernos 16 Pág.)

1º Semestre/2005	1º Semestre/2004
137.242	129.626

A produção comparada acima referida refere-se à produção de Listas até três cores e indica um aumento de 7,5 milhões de cadernos (6%).

Numa perspectiva global da produção, independentemente do Departamento onde são impressas, verificou-se no semestre uma produção total de 2,937 milhões de volumes, para um plano editorial que comporta cerca de 7 milhões de livros.

Investimento

Durante o semestre em análise, o investimento efectuado assumiu a expressão de 1.287,6 mil Euros, ressaltando como variações mais significativas as seguintes:

Equipamentos Básicos	1.139,3 mil Euros
Equipamento de Transporte	31,9 mil Euros
Equipamento Administrativo	6,9 mil Euros
Outras Imobilizações	2,6 mil Euros
Imobilizações em Curso	106,8 mil Euros

tendo, durante o mesmo período, ocorrido abates de cerca de 1.070,1 milhões de Euros, onde se destacam os equipamentos do Departamento de Jornais, e transferências de Imobilizações em Curso para Imobilizações Corpóreas de cerca de 86 mil Euros.



As adições mais significativas, ocorridas no período, estão ligadas à instalação da Rotativa Harris M850 adquirida à Naveprinter, bem como às despesas de montagem da Máquina de Acabamento Tempo igualmente adquirida à Naveprinter com a finalidade de minorar os efeitos da redução de capacidade originada pelo sinistro da Máquina 8; para além disso, podemos referir as despesas com a instalação de "springlers" nas rotativas, a grande reparação levada a efeito na Máquina Ferag, e a locação financeira de algumas viaturas.

Tais variações implicaram que o Activo Imobilizado Bruto Técnico se tenha fixado, em 30 de Junho de 2005, em 106,1 milhões de Euros.

Finanças

Foram liquidadas rendas de Contratos de Locação Financeira no valor de 1.626,6 mil Euros; deste valor, 1.352,1 mil Euros representam amortização de capital e 274,5 mil Euros respeitam a juros dos mesmos contratos.

As responsabilidades de capital, relativamente aos Contratos de Leasing em vigor em 30/6/05, representam um total de 11.065,6 mil Euros, subdivididos em 3.204 mil Euros qualificados como responsabilidades a um ano e 7.861,6 mil Euros como responsabilidades a M/L prazo.

Foram cumpridos os Serviços da Dívida inerentes aos Empréstimos de financiamento com plano de reembolso contratado o que implicou um esforço financeiro, em termos de amortização de capital, de cerca de 1,9 milhões de Euros e 292,8 mil Euros de juros.

Foram liquidadas Emissões associadas a Programa de Papel Comercial no montante de cerca de 887,6 mil Euros e Encargos Financeiros associados da ordem dos 208,7 mil Euros.

O valor do esforço ligado a regularização de Passivo Financeiro representou, em consequência, no semestre cerca de 5 milhões de Euros que adicionam aos cerca de 50 milhões reduzidos durante o exercício de 2004.

Tratando-se de um título com liquidez reduzida e integrado num mercado cada vez mais periférico, as acções da Lisgráfica sofreram, no semestre, uma evolução caracterizada por uma descida ligeira no 1º trimestre em que desvalorizaram dos 2,35 Euros no fim do ano até 2,25 no final de Março para caírem até aos 1,7 no final do semestre, registando no conjunto do semestre uma perda de 0,65 por acção.

A Lisgráfica não adquiriu, no período, quaisquer acções próprias mantendo, na sua carteira, as 52.213 acções próprias que detinha no final do exercício anterior a que se juntam 110.713 acções do BCP.



Tendo em consideração as responsabilidades contratadas com a Banca, decorrentes de investimentos realizados nos exercícios anteriores e a redução de Meios Libertos da exploração, em consequência da conjuntura, decidiu a gestão, prosseguir os contactos com as Instituições Financeiras (Bancos e Locadoras) com quem a exposição é mais significativa no sentido de reescalonar o serviço da dívida exigível nos anos de 2005/2006, com vista a suavizar o esforço financeiro de tais exercícios.

Desenrola-se com normalidade a operação de arrendamento das instalações à ESAF, decorrente da operação imobiliária celebrada em 20/7/04 com a Gespatrimónio, tendo sido suportado no semestre um valor de rendas rondando 1,4 milhões de Euros.

Paralelamente, prosseguem os estudos/projectos levados a cabo por um Gabinete de Arquitectura seleccionado pelo ESAF tendo já sido apresentado um Estudo Prévio à Câmara Municipal de Oeiras que aguarda decisão, tendentes à viabilização do Projecto de Desenvolvimento Imobiliário associado à operação em apreço.

Foi subscrito com data de 31/7/05, por todas as partes envolvidas, a Acta e o Acordo Final associados ao Procedimento Extrajudicial de Conciliação apresentado nos termos do Decreto-Lei nº 316/98 e patrocinado pelo IAPMEI que contempla a regularização das dívidas fiscais vencidas.

Prestadas as garantias bancárias solicitadas e concretizados os depósitos colaterais correspondentes, resulta um esquema prestacional mensal iniciado em Setembro/05, que contempla 150 prestações à Segurança Social, 60 prestações à Direcção Geral dos Impostos e 84 prestações ao IAPMEI, o perdão de juros vencidos e juros vincendos calculados à taxa de 2,5% ao ano, enquanto que aquelas contra-garantias representam à partida cerca de cinco milhões de Euros, obrigando-se a sociedade, no âmbito das projecções associadas ao projecto de viabilização apresentado, ao cumprimento de determinados rácios – autonomia financeira e cobertura de immobilizado por capitais permanentes – no final do plano.

Mercado

As considerações feitas no capítulo 2.1 a propósito da conjuntura económica que caracterizou o 1º semestre do ano explicam e fundamentam as dificuldades sentidas pelos agentes económicos durante tal período.

Os indicadores referidos no tocante a cada Departamento Produtivo da Lisgráfica explicitam com mais pormenor a forma como tal fenómeno condicionou a actividade da Empresa ao longo do semestre e indicam os efeitos resultantes das medidas empreendidas pela gestão no que se prende com a composição qualitativa da Produção e Vendas da Lisgráfica.

Em matéria de publicidade, parâmetro determinante do comportamento dos Editores e, consequentemente do nível de actividade das Gráficas, devemos referir que o mercado publicitário nacional deverá crescer entre 2% e 4% em 2005,



para valores reais situados entre 775 e 786 milhões de euros, segundo uma estimativa da agência de planeamento de meios OMD, que revê, em baixa, a previsão efectuada em finais de 2004, que apontava para uma subida de 7% a 10%.

Para a revisão em baixa contribui a conjuntura económica desfavorável, a falta de crédito da economia, com os índices de confiança do consumidor a registar baixas sucessivas, e a consequente retracção do investimento, em especial nos budgets publicitários.

Todos os meios registaram um abrandamento de crescimento em relação a 2004, com excepção da Internet, que aparece com um crescimento estimado entre 26 a 31%. A televisão continua a liderar os investimentos com os canais generalistas a apresentar uma estimativa de aumento das receitas publicitárias da ordem dos 2 a 3%, somando mais de 369 milhões de euros. Já a TV por cabo continua a registar subidas de dois dígitos – entre 12 e 15% - podendo amealhar mais de 30 milhões de euros. A rádio deverá registar uma subida entre 2 e 5%, representando valores aproximados dos 55 milhões de euros. A imprensa não diária mantém o segundo lugar no que respeita a montantes investidos por meio, podendo registar um investimento acima dos 141 milhões de euros, o que representa uma ligeira subida entre 1 a 3% face a 2004. Já a imprensa diária deverá apresentar uma subida pouco expressiva, de 2 a 3%, para 70 milhões de euros.

Apesar da estimativa de crescimento para 2005 ser inferior à prevista, o mercado apresenta, pelo terceiro ano consecutivo e após a queda verificada em 2001 e 2002, uma subida de investimento publicitário, que atingiu um pico em 2004.

Registaram-se algumas movimentações indicando a tentativa de entrada no mercado português de concorrência estrangeira, mas no que respeita à Lisgráfica nenhum reflexo destas movimentações se fez sentir, salvo no tocante a preços que importa manter concorrenciais, o que implica cuidados especiais em matéria de produtividade e rentabilidade dos recursos, preocupação acrescida em função da limitação de meios decorrente do sinistro, tendo-se agudizado sobremaneira a concorrência em matéria de preços, esmagando as margens agora já não só na Família de *Folhetos/Catálogos* em que a concorrência é sempre particularmente agressiva.

No que ao Mercado Editorial respeita, prosseguiram as movimentações, mantendo-se o mercado particularmente dinâmico, aguardando-se com expectativa as consequências da alteração da estrutura accionista da Lusomundo.



Durante o semestre a Lisgráfica ganhou a impressão de algumas publicações novas, designadamente o suplemento de fim de semana dos jornais da Global Notícias “*Notícias Magazine*” que transitou da Naveprinter, a revista semanal “*Terra do Nunca*” também editada pela Global Notícias, a revista de fim de semana “*24 Horas*”, editada pela Global Notícias, que substitui, ao domingo, o jornal homónimo, a revista “*Autosport*”, editada pela Medipress, que substituiu o jornal com o mesmo nome, o suplemento semanal “*Correio Vidas*”, editado pela Presselivre, que substituiu o Correio Mulher, da mesma Editora, as revistas mensais “*FHM*”, e “*Rotas do Mundo*” , editadas pela Edimpresa, os suplementos semanais da Visão “*Guia da Semana*”, edições Norte e Sul, agrafados à revista Visão e que constituem roteiros de fim de semana, a publicação bimestral “*Guia da Cidade*”, que constitui uma revista publicitária de âmbito regional e, com periodicidade mais aleatória, um simpósio farmacêutico “*Guiadirmed*” , com vigência anual e os Folhetos/Catálogos “*NocNoc*”.

Como consequência da suspensão das respectivas publicações, por parte do Editor, deixaram de ser impressas as revistas “*Doze*”, e “*Telefilmes*”, respectivamente uma publicação semanal da Edimpresa, virada para o desporto e uma publicação semanal editada pela Editora Tejo XXI e virada para a divulgação de projecções televisivas de filmes.

Em matéria de Listas Telefónicas, cumpre-se o programa de impressão fixado pelo Editor, estando a funcionar em condições normais a impressão em quadricromia das Listas Classificadas ou Mistas no Departamento de Impressão de Revistas, para o que dispomos das duas M850 duplexadas e das duas Sunday 4000, e para a impressão de cadernos até três cores, continuamos a dispor da Rotativa Harris II do Departamento de Listas Telefónicas.

Estuda-se, em conjunto com o Editor, a melhor solução para uma eventual mudança de formato de algumas Listas Regionais, com vista a optimizar consumos de papel e custos de impressão.

O sinistro ocorrido na nave das Sunday, que implicou a limitação da capacidade produtiva da Lisgráfica, fez-se sentir particularmente neste nicho e determinou o recurso a subcontratação externa para os produtos/ períodos mais agudos, situação que ainda subsiste e para cuja limitação de efeitos contámos com a colaboração de uma Gráfica Dinamarquesa e da Heska com quem continuamos a manter um esquema de colaboração recíproca.



3. INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

Vamos, de seguida, apresentar um conjunto de indicadores de natureza económica e financeira que ilustram a actividade desenvolvida ao longo do semestre.

3.1. Volume de Vendas / Facturação.

As Vendas comparadas 1º semestre de 2005, versus período homólogo de 2004, ventiladas por grandes famílias de produtos, evoluíram do seguinte modo:

Famílias	2005	2004	Variação (+/-)
Revistas	9.256,5	9.172,3	84,2
Suplementos	3.735,1	2.995,6	739,5
Jornais	0	0	0
Boletins	312,2	266,1	46,1
Catálogos / Folhetos	1.827,1	1.358,8	468,3
Listas	2.415,4	2.291,2	124,2
<i>NOTA: valores em milhares de Euros.</i>	17.546,3	16.084,0	1.462,3

Os valores acima denunciam uma variação positiva de 1.462,3 mil Euros, equivalente a 9,1%.

O quadro acima denuncia evolução favorável de todas as Famílias com particular realce para “*Suplementos*” e “*Catálogos/Folhetos*” que registaram desvios positivos de, respectivamente, Euros 739,5 mil Euros (24,7%) e 468,3 mil Euros (34,5%); a Família “*Revistas*” registou um incremento marginal de 84,2 mil Euros (0,9%), enquanto a Família “*Boletins*” cresceu cerca de 46,1 mil Euros (17,3%), e a Família “*Listas*” registou um crescimento de cerca de 124,2 mil Euros (5,4%).

Idêntica comparação estabelecida com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio global de 353,2 mil Euros (2,1%), ainda favorável, com desvios parciais negativos nas Famílias “*Revistas*”, “*Suplementos*” e “*Boletins*” e desvios parciais positivos nas restantes Famílias – “*Catálogos/Folhetos*” e “*Listas*”.



Concorreram para as performances registadas em matéria comercial, e particularmente para a não verificação dos objectivos fixados, a persistência de uma conjuntura de estagnação que dificulta a retoma, bem como a limitação temporária da capacidade produtiva e a pressão sobre os preços e margens dos trabalhos por parte dos Editores, face à concorrência.

Aos valores de Vendas acima assinalados haverá que adicionar os Proveitos Suplementares/Operacionais elevados no período que representaram cerca de 987,4 mil Euros, contra 2.411,2 mil Euros em período homólogo de 2004 e 795 mil Euros inscritos no Programa Económico Financeiro.

Da comparação resulta um desvio desfavorável de cerca de 1.424 milhões de Euros relativamente a 2004 e de cerca de 192 mil Euros favorável relativamente ao Orçamento, cuja explicação, no tocante ao desvio 2005/2004, assenta essencialmente no registo no ano transacto de proveitos derivados da indemnização compensatória do seguro.

Da consolidação de todo o tipo de Proveitos Operacionais (Vendas de Produtos e Serviços/Proveitos Suplementares/Outros proveitos Operacionais) decorre que o primeiro semestre de 2005 revela uma extensão de 18.534 mil Euros, contra 18.495 mil Euros em semestre homólogo de 2004 e 17.988 mil Euros no Programa Económico-Financeiro, denunciando desvios favoráveis de, respectivamente, 38,5 mil Euros e 545,5 mil Euros.

3.2. Imobilizações

O valor das imobilizações líquidas evoluiu do seguinte modo entre Dez/04 e Jun/05:

	2005	2004	Variação (+/-)
Imobilizações Corpóreas	39.807,9	41.314,2	(1.506,3)
Imobilizações em Curso	118,8	107,1	11,7
Imobilizações Financeiras	15.331,8	15.331,6	0,2
<i>NOTA: valores em milhares de Euros.</i>	55.258,5	56.752,9	(1.494,4)

A redução operada em Imobilizações Corpóreas deriva da conjugação de aquisições realizadas no semestre de cerca de 1.287 milhões de Euros, das amortizações efectuadas no período de cerca de 2.773 milhões de Euros e, finalmente, do valor líquido das alienações/abates ocorridos no período que foi marginal.



O aumento inexpressivo registado em Imobilizações em Curso, com a extensão de 11,7 mil Euros, deriva das adições do período no valor de cerca de 97,7 mil Euros, e das transferências para Equipamentos Básicos de cerca de 86 mil Euros.

A variação operada em Imobilizações Financeiras decorre da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento directo da Lisgráfica na Gрафedisport (141 Euros).

As participações financeiras detidas pela Lisgráfica em 30 de Junho de 2005 são as constantes do Quadro abaixo

Empresas Detidas	Valores Contabilísticos	Capital Social	% Capital Social
Gestigráfica	13.880,2	52,5	100
Grafedisport	936,6	2.500	50

Nota: Valores em milhares de Euros.

Nestas condições entendeu a gestão não se justificar a apresentação de Contas Consolidadas por não concorrerem com informação e dados relevantes para os Senhores Accionistas e para o Mercado, procedendo-se na âmbito das Contas Individuais, à adopção do método da equivalência patrimonial relativamente às sociedades “Gestigráfica”, e “Grafedisport” a primeira quanto às participações detidas em 30/06/05 e a segunda quanto à participação directamente detida pela Lisgráfica.

3.3. Valores Activos e Passivos

As rubricas que integram o Activo e o Passivo evoluíram assim:

Activo	30.06.05	31.12.04	Variação (+/-)
Disponível	4.746	5.680	(934)
Créditos C/Prazo	24.849	25.209	(360)
Créditos M/L Prazo	6.131	5.641	490
Existências	1.060	1.704	(644)
Imobilizações	55.259	56.753	(1.496)
Acréscimos / Diferimentos	2.070	1.609	461
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	94.115	96.596	(2.481)



Passivo	30.06.05	31.12.04	Variação (+/-)
Provisão Riscos e Encargos Diversos	453	1.117	(664)
Débitos C/ Prazo	43.835	42.923	912
Débitos M/L Prazo	35.857	39.346	(3.489)
Acréscimos / Diferimentos	2.672	2.057	615
<i>Nota: Valores em milhares de Euros</i>	82.817	85.443	(2.626)

As variações mais significativas nas rubricas do Activo Líquido, registaram-se nas Imobilizações, nas Disponibilidades e nas Existências, todas no sentido da descida.

As Imobilizações registaram uma descida de cerca de 1.496 mil Euros, traduzindo aquisições/aumentos de cerca de 1.278 milhões Euros, verificadas em Imobilizações Corpóreas, amortizações praticadas no semestre de cerca de 2.773 milhões Euros, alienações/abates de cerca de 1.070 milhões, correspondentes a bens totalmente amortizados, cerca de 86 mil Euros de transferências de equipamentos de imobilizações em curso para as respectivas classes de imobilizações corpóreas e, finalmente, cerca de 141 Euros de aumentos em imobilizações financeiras derivados de adopção da equivalência patrimonial relativamente a Empresas Associadas.

As Disponibilidades registaram uma queda de cerca de 934 mil Euros, traduzindo redução em Depósitos à Ordem/Prazo.

As Existências reflectem uma redução de cerca de 644 mil Euros; tal evolução deriva, fundamentalmente, da alienação da Rotativa Harris M300 adquirida à Naveprinter em 2004 e da transferência para Imobilizações da Rotativa Harris M850 igualmente adquirida à Naveprinter, bem como do crescimento da Produção em Curso da ordem dos 103 mil Euros e da redução das existências de Matérias Primas e Subsidiárias de cerca de 20 mil Euros.

Os Acréscimos e Diferimentos denunciam uma subida de cerca de 461 mil Euros, registada praticamente só em Custos Diferidos e explicada essencialmente pela assumpção como redução de proveitos do rappel concedido a clientes.



A evolução dos “Créditos de Curto Prazo”, que regista uma queda de cerca de 360 mil Euros, resultou da queda de cerca de 417 mil Euros do saldo de “Clientes”, de uma variação crescente no saldo da rubrica “Empresas Participadas/Participantes” de cerca de 113 mil Euros, relacionada com a entrega de suprimentos à Gestprint de cerca de 65 mil de Euros e de créditos nascidos no semestre junto da Grafedisport de cerca de 48 mil Euros, de uma variação crescente de cerca de 140 mil Euros em “Empresas do Grupo”, derivado de entregas de suprimentos à Grafilis, de uma redução de cerca de 170 mil Euros na rubrica “Adiantamentos de Fornecedores”, por regularização do saldo, de uma redução em “Estado e Outros Entes Públicos” da ordem de 117 mil Euros por redução dos reportes de IVA e de um incremento na rubrica “Outros Devedores” de cerca de 290 mil Euros.

A evolução dos “Créditos a M/L Prazo”, traduz o incremento dos créditos sobre a Gestprint, decorrentes da operação Guião/Videodata, objecto de negociações cruzadas com a alienação das respectivas participações sociais.

O Activo líquido reduziu-se, no semestre, cerca de 2,481 milhões de Euros (2,5%).

Os Débitos a M/L Prazo registaram um decréscimo de 3.489 mil Euros em relação ao final de 2004, sendo de evidenciar as evoluções no sentido da descida em “Dívidas a Instituições de Crédito” de cerca de 2.008 mil Euros, “Fornecedores de Imobilizado, c/c” de cerca de 1.764 mil Euros e uma redução marginal em “Estado e Outros Entes Públicos” de cerca de 73 mil Euros; em sentido inverso evoluíram os saldos das rubricas “Outros Empréstimos Obtidos”, e “Fornecedores, c/c” que cresceram, respectivamente, 111 mil Euros e 243 mil Euros.

As variações favoráveis ocorridas em “Dívidas a Instituições de Crédito” decorre da reclassificação, em termos de vencimento, das responsabilidades associadas a Linhas de financiamento, tendo em conta a renegociação de que foram alvo algumas dessas Linhas.

A variação ocorrida em “Fornecedores de Imobilizado, c/c” resulta da reclassificação, em termos de vencimento, das responsabilidades de capital dos Contratos de Leasing, tendo em conta as rendas liquidadas no semestre e a não celebração de novos contratos.

A redução marginal verificada em “Estado e Outros Entes Públicos” derivou do ajustamento do plano prestacional resultante da aprovação em 31/7/05 do PEC, relativamente às dívidas fiscais.

As variações ocorridas em “Outros Empréstimos Obtidos” derivou da reclassificação, em termos de vencimento, dos programas de papel Comercial e da renegociação, entretanto efectuada, do Programa do Banif.

As variações ocorridas em “Fornecedores, c/c” resultaram da renegociação de alguns Acordos de pagamento, visando o respectivo alargamento de prazo.



Os Débitos a Curto Prazo cresceram 912 mil Euros, sendo de evidenciar o crescimento das rubricas “Dívidas a Instituições de Crédito” e “Outros Credores” em cerca de 1.117 mil Euros e 961 mil Euros, sendo que o acréscimo registado em “Fornecedores, c/c” de cerca de 900 mil Euros foi compensado com decréscimos da mesma ordem de grandeza, em “Fornecedores, conta recepção e conferência”, “Fornecedores, c/ Letras a Pagar” e “Fornecedores de Imobilizado, c/ Letras a Pagar”, sendo o acréscimo registado em “Estado e Outros entes Públicos” residual.

O incremento registado em “Dívidas a Instituições de Crédito” assenta na reclassificação, em termos de vencimento, das responsabilidades associadas a Linhas de Financiamento e Descobertos Bancários, enquanto que o incremento verificado em “Outros Credores” deriva essencialmente do alargamento do financiamento associado à operação “Factoring”.

Em contrapartida, registaram-se decréscimos nas rubricas “Outros Empréstimos Obtidos” da ordem dos 998 mil Euros, e “Fornecedores de Imobilizado, c/c” de cerca de 128 mil Euros.

A primeira descida está associada à explicação já dada para a variação ocorrida no M/ Prazo e decorre da renegociação dos Programas de Papel Comercial, enquanto que a segunda deriva da redução das responsabilidades a um ano dos Contratos de Locação Financeira.

Os Acréscimos e Diferimentos Passivos cresceram cerca de 615 mil Euros, fundamentalmente em consequência da especialização dos custos associados aos serviços de gestão devidos à Gestprint, que representam cerca de 448 mil Euros e das remunerações a pagar no exercício seguinte da ordem dos 317 mil Euros.

Neste sentido, o Passivo total registou uma descida, no semestre, de cerca de 2.626 milhares de Euros (3,1%).

3.4. Despesa

Os encargos do semestre evoluíram assim, face a período homólogo de 2004:

	2005	2004	Variação (+/-)
CMVMC	4.787	3.868	919
Subcontratos	281	473	(192)
FSE	4.427	2.900	1.527
Despesas C/ Pessoal	5.570	5.408	162
Despesas Financeiras	1.298	2.148	850)
Amortizações/Provisões	2.773	3.541	(768)
Outras Despesas e Encargos	255	772	(517)
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	19.391	19.110	281



Para um volume de actividade de 18,534 milhões de Euros, inferior ao do 1º semestre do ano anterior em 39 mil Euros, os Custos Totais assumiram a expressão de 19,4 milhões de Euros, registando uma variação favorável de cerca de 281 mil Euros (1,5%).

A comparação com o Programa Económico-Financeiro revela um desvio de cerca de 1,4 milhões de Euros (8,2%). Representando cerca de 27,2% do volume das Vendas do primeiro semestre em 2005, contra 24,0% em período homólogo de 2004 e verificando-se um crescimento nominal de tais proveitos de 1.462 mil Euros – crescimento da Venda de Mercadorias de cerca de 184 mil Euros e crescimento da Venda de produtos de cerca de 1.278 mil Euros - o acréscimo registado no CMVMC de 919 mil Euros no 1º semestre de 2005 traduz um certo agravamento nas condições de fornecimento de Tintas e Cauchús, que determinaram um desvio desfavorável de 413 mil Euros na primeira rubrica e 86 mil Euros na segunda, ao mesmo tempo que a alteração na composição das Vendas determinou um desvio desfavorável em Papel de cerca de 250 mil Euros, explicado pelo incremento na facturação de Folhetos/Catálogos e um acréscimo de cerca de 129 mil Euros de Custos com Vendas de Mercadorias não transformadas.

Da comparação com o Orçamento ressalta um desvio favorável de 586 mil Euros (13,9%).

A rubrica de Subcontratos registou uma redução de 192 mil Euros (40,5%), representando 1,6% da facturação em 2005, contra 2,7% em 2004, apesar de onerada com cerca de 81 mil Euros de recurso a subcontratação no exterior, derivada da limitação de meios provocada pelo incêndio. A evolução explica-se pelo menor recurso a meios alheios, a uma melhor gestão e aproveitamento dos recursos próprios, a despeito de uma actividade superior.

Comparativamente com o Orçamento regista-se um desvio favorável de cerca de 62 mil Euros (18,27%), reflexo do menor recurso ao exterior, acima explicado.

Os FSE registaram um incremento de 1.527 mil Euros (52,6%), representando 25,2% da facturação do 1º semestre de 2005, contra 15,6% em idêntico período de 2004;

O acréscimo de actividade ocorrido no semestre não justifica, de modo nenhum, a dimensão do desvio que se deve, quase na totalidade, à rubrica Renda das Instalações gerada pela operação imobiliária e responsável por custos de cerca de 1,438 milhões de Euros.

O aumento de actividade, por um lado e a natureza semi-rígida de algumas das naturezas integradas nesta classe de custos não permitiram a tendência de abaixamento que se vinha verificando.

Ainda assim registou-se desvio favorável em Conservação/Reparação com a extensão de 109 mil Euros, Seguros com 6 mil Euros, Limpeza com 10 mil Euros, Alugueres de Viaturas com a extensão de 64 mil Euros e Trabalhos Especializados com 39 mil Euros.

Estes desvios perfazem em conjunto cerca de 228 mil Euros resultando que, em todas as restantes rubricas com desvios desfavoráveis, se registou um desvio de 317 mil Euros, designadamente Electricidade e Gás com, respectivamente, 97 mil Euros e 51 mil Euros face às condições de pricing praticadas.

Relativamente ao Orçamento, a rubrica de FSE registou um desvio desfavorável de 387 mil Euros (9,6%).



As Despesas com Pessoal cresceram 162 mil Euros (3%) em relação a idêntico período do ano transacto. Representando 30,0% da facturação, contra 29,2% no ano anterior, o respectivo crescimento assenta, essencialmente, no crescimento do efectivo decorrente da absorção do pessoal da Grafilis e no crescimento do trabalho extraordinário (120 mil Euros), resultante do aumento de actividade registado e da persistência da redução de capacidade.

O Custo do semestre está onerado com um valor de 206 mil Euros de Indemnizações, suportado no âmbito da rescisão de contratos de trabalho, contra 350 mil Euros em idêntico período do ano anterior.

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio de 328 mil Euros (6,25%).

As Despesas Financeiras registaram uma economia de 850 mil Euros (39,6%), traduzindo um peso relativo sobre a facturação de 7% contra 11,6% em período homólogo de 2004.

A evolução referida deriva da evolução do Passivo remunerado que registou uma descida de cerca de quarenta milhões de Euros, aliada à evolução favorável das taxas.

Verifica-se evolução no sentido da economia em quase todas as rubricas mas, com maior expressão, em Juros de Empréstimos (340 mil Euros), Juros de Papel Comercial (158 mil Euros), Juros de Leasing (372 mil Euros) , Juros de Factoring (12 mil Euros) e Juros de Mora/Compensatórios (40 mil Euros).

Registaram-se desvios desfavoráveis nas rubricas Descontos de pp concedidos (25 mil Euros) e Outros Encargos Financeiros (48 mil Euros).

Comparativamente com o Orçamento, registou-se um desvio inexpressivo de 12 mil Euros (0,9%).

Mantendo-se consistência total nos critérios utilizados nas amortizações e provisões, e tendo em consideração o movimento das imobilizações ocorrido no semestre, já explicitado em capítulo próprio, a redução de 768 mil Euros (21,7%) nesta rubrica assenta nos abates/alienações efectuados em Julho de 2004 no âmbito da operação imobiliária-Edifícios e Instalações – que determinaram uma queda das amortizações de bens próprios e reavaliados cifrada em cerca de 435 mil Euros, bem como a amortização efectuada ao longo do semestre de 2005 dos equipamentos de jornais não cedidos à Gafedisport, que em 2004 apenas foram amortizados no fim do exercício, que representam cerca de 113 mil Euros e, ainda de algum equipamento que entretanto ficou totalmente amortizado.

Todas estas ocorrências determinaram que os Equipamentos adquiridos em Leasing vissem as suas amortizações reduzidas em 44 mil Euros, os Bens Próprios registaram uma queda nas amortizações de 548 mil Euros, enquanto que os Bens Reavaliados registaram uma queda de 176 mil Euros.

Comparativamente com o Orçamento as Amortizações/Provisões registaram um desvio desfavorável de 267 mil Euros (10,6%).

Os Custos/Perdas Extraordinários registaram um decréscimo de 364 mil Euros (65%) explicados, na sua essência, pela não necessidade do reforço da Provisão para cobertura de Outros Riscos e Encargos, tal como aconteceu no semestre homólogo.



3.5. Capital Próprio

A respectiva evolução face a 31/12/04 foi a seguinte:

	30/6/05	31/12/04	Variação (+/-)
Capital	19.526	19.526	-
Reservas / Resultados Transitados/Ajustamentos	(8.374)	(10.403)	2.029
Resultados Líquidos do Semestre	146	2.029	(1.883)
<i>Nota: Valores em milhares de Euros.</i>	11.298	11.152	146

A evolução registada no Capital Próprio deve-se ao resultado líquido do semestre, cuja explicação é fornecida no ponto 3.7.

O valor inscrito como Capital comprehende o Capital Social corrigido do valor de aquisição de 52.213 acções próprias que a Empresa detém desde há vários anos.

A evolução verificada em Reservas/Resultados Transitados/Ajustamentos durante o semestre, em relação ao saldo registado no final do exercício de 2004, traduz a afectação a Resultados Transitados do lucro verificado no exercício anterior, por relevação da deliberação da Assembleia Geral.

A relação Capitais Próprios/Capitais Alheios evoluiu de 8,5% em Jun/04 para 13,5% em Jun/05, em resultado do reforço dos Capitais Próprios e da redução expressiva do Passivo exigível, muito embora o horizonte de exigibilidade tenha melhorado substancialmente como consequência das renegociações empreendidas.



3.6. Indicadores Económico-Financeiros e de Actividade

O quadro abaixo apresenta a evolução de alguns indicadores nos semestres em análise:

unid.	2005	2004	
Produção	(mil Euros)	18.534	18.495
Activo líquido	(mil Euros)	94.115	133.660
Capitais próprios	(mil Euros)	11.298	10.493
Despesas com pessoal	(mil Euros)	5.570	5.408
Produção per capita	(mil Euros)	93,2	96,4
Remuneração per capita	(mil Euros)	28,9	28,4
VAB	(mil Euros)	12.759	12.216
Meios libertos	(mil Euros)	2.919	4.911
Autonomia financeira	(%)	12,0	8,0
CMVMC / Facturação	(%)	27,2	24,0

3.7. Resultados

A evolução da rubrica Resultados foi a seguinte:

	2005	2004
Resultados Operacionais	637	2.093
Resultados Financeiros	(1.260)	(1.928)
Resultados Correntes	(623)	165
Resultados antes de Impostos	174	1.370
Resultados Líquidos	146	1.370

Nota: Valores em milhares de Euros.



Não tendo sido particularmente favoráveis, em termos de conjuntura, as condições em que se desenvolveu a actividade, manteve-se a pressão por parte dos Editores no tocante a *pricing*, em resultado do agudizar da concorrência interna e espanhola subsistindo, ainda que minorada pela instalação da rotativa Harris850 vinda da Naveprinter, a limitação de meios de produção provocada pelo sinistro na Nave das Rotativas Comerciais.

Os Resultados Operacionais apurados foram de 637 mil Euros, contra 2.093 mil Euros em 2004, resultando a variação negativa de 1.456 mil Euros da diferença positiva apurada nas Margens Brutas de cerca de 543 mil Euros, anulada pelos agravamentos registadas nas outras componentes dos Custos Operacionais – Subcontratos/FSE de cerca de 1,3 milhões de Euros, Despesas com Pessoal de cerca de 162 mil Euros, ainda que em Outros Custos Operacionais e Amortizações/Provisões se tenham registado economias de 154 mil e 768 mil Euros, respectivamente. Tendo sido explicado com detalhe a evolução dos Custos em 3.4 importa sublinhar que o comportamento das Margens Brutas se fica a dever a um incremento nas Vendas de 1.462 mil Euros, apesar da limitação de capacidade de meios que subsiste, associado a um crescimento paralelo dos CMVMC de cerca de 919 mil Euros, também já explicado em 3.4.

Os Resultados Operacionais foram ainda afectados negativamente pela evolução dos Outros Proveitos Operacionais/Suplementares que registaram uma queda, face a semestre homólogo, de cerca de 1,424 milhões de euros, uma vez que, naturalmente, não se repetiu a compensação indemnizatória da seguradora.

Os Resultados Financeiros assumiram a expressão de 1.260 mil Euros negativos, contra 1.929 mil Euros negativos no semestre homólogo de 2004, resultando a diferença favorável de 669 mil Euros do desagravamento registado em Encargos Financeiros de cerca de 850 mil Euros, já detalhadamente explicada no Capítulo Despesa e da diferença desfavorável de 181 mil Euros em Proveitos Financeiros.

Os Resultados Correntes situaram-se no primeiro semestre de 2005 em 623 mil Euros negativos, contra 165 mil Euros positivos no período equivalente de 2004, resultando a diferença de 788 mil Euros do efeito conjugado da queda dos Resultados Operacionais e da melhoria dos Resultados Financeiros.

Os Resultados Extraordinários situaram-se no 1º semestre de 2005 em 797 mil Euros, contra 1.204 mil Euros em idêntico período de 2004, resultando a diferença de uma redução nos Proveitos Extraordinários de 2005 de cerca de 772 mil Euros, acompanhada também de uma redução de Custos extraordinários mais modesto de cerca de 365 mil Euros.



A redução registada em Proveitos assenta, no essencial, na não repetição de ganhos registados na cedência de imobilizações do Departamento de Jornais à Grafedisport, bem como em ganhos no abate parcial do equipamento sinistrado aquando do incêndio, face à indemnização da Seguradora.

O Resultado Líquido apurado no 1º semestre de 2005 foi de 146 mil Euros positivos, contra 1.370 mil Euros também positivos no semestre homólogo de 2004, reflectindo todos os condicionalismos em que actividade foi desenvolvida, já atrás referidos, o efeito das medidas oportunamente implementadas pela gestão que implicaram a queda dos Resultados Operacionais – 1.456 mil Euros - uma recuperação nos Resultados Financeiros – 669 mil Euros - e uma redução significativa nos Resultados Extraordinários – 407 mil Euros - .

Não se verificaram negócios, no semestre, entre os Administradores e a sociedade.

Não se tendo registado durante o semestre operações sobre acções próprias, a sociedade mantém em carteira as 52.213 acções que detinha no final do exercício de 2004.

Foi mantido o princípio da consistência contabilística em matéria de amortizações de activos imobilizados, do tratamento dos bens adquiridos em regime de leasing e, ainda, da equivalência patrimonial na valorização das participações financeiras.



4. PERSPECTIVAS FUTURAS/FACTOS SUPERVENIENTES

Face à conjuntura em que decorreu a actividade no 1º semestre e às expectativas em que se estima decorra o 2º semestre, antevemos que a sociedade irá continuar a operar num quadro desfavorável, ainda que historicamente tal período se caracteriza por procura mais intensa de serviços gráficos por parte dos Editores.

Ainda assim, a Lisgráfica irá continuar a implementar as medidas conducentes à busca de mercados/segmentos compatíveis com as suas capacidades de oferta e, nesse sentido, irá reorganizar a sua estrutura comercial, ao controlo rigoroso de custos e guerra ao desperdício e, ainda, ao aumento dos níveis de produtividade e eficiência, optimizando a relação custos/produção, sem prejuízo de preservar as características que identificam a sociedade no panorama do Sector, designadamente, flexibilidade/agilidade, independência e equidistância, a par de preocupações pela qualidade e cumprimento dos prazos sem descurar preocupações no âmbito do ambiente e segurança no trabalho.

Tendo cumprido os objectivos assinalados no Programa Económico-Financeiro para o 1º semestre em matéria de Proveitos, registou-se um desvio desfavorável no que concerne a Custos de cerca de 1,4 milhões de Euros; a despeito das considerações acima formuladas no que se prende com o quadro em que a actividade irá ser desenvolvida e tendo em conta o habitual crescimento da actividade na segunda metade do exercício, espera-se que no final do exercício tal desiderato também seja cumprido, o que equivale a dizer que foi atingido o equilíbrio económico e o exercício de 2005 possa constituir o ano de consolidação do regresso à faixa dos resultados positivos.

Paralelamente, e concretizada que foi a operação envolvendo o património imobiliário da Lisgráfica, e a passagem a um regime de arrendamento temporário, foi em conjunto com o ESAF formulado um estudo prévio visando o aproveitamento das parcelas desnecessárias à operação industrial e respectivo loteamento, e submetido à CMO, aguardando-se a respectiva decisão. O desenvolvimento de tal projecto permitirá a venda/arrendamento dos lotes aprovados com reflexo directo na redução da renda actual e partilha das mais-valias que se estimam vir a ocorrer, admitindo-se que a situação evolua até ao final do exercício.

O encaixe financeiro resultante da operação imobiliária permitiu uma considerável redução do Passivo Financeiro e concorreu, adicionalmente, para a obtenção de garantias bancárias necessárias à assinatura do PEC com vista à regularização das responsabilidades fiscais.

A Acta Final e Contrato associados a tal Procedimento foram assinados em 31 de Julho, o esquema prestacional de regularização iniciar-se-á em Setembro e determinou a constituição de depósitos colaterais de cerca de cinco milhões de Euros.



Queluz de Baixo, 26 de Agosto de 2005

O Conselho de Administração

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Luís André Lavrador

José Pedro Franco Brás Monteiro



ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO NOS TERMOS DOS ARTIGOS NÚMEROS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1 – Nos termos do nº 5 do art.º 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que não ocorreram, durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, quaisquer transacções envolvendo acções da Empresa por parte de membros do Conselho de Administração.

2 – Nos termos do nº 4 do art.º 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de accionistas que, na data de encerramento do exercício social, eram titulares de acções da Empresa:

- GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: 2.924.521 acções (73,11%).
- OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. : 194.192 acções (4,85%) que, nos termos do disposto no artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser imputáveis à sociedade Fortis Insurance International.

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 20º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS (IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO)

Em 30 de Junho de 2005 a GESTPRINT – S.G.P.S., S.A. detém 2.924.521 acções da LISGRÁFICA que representam 73,113% dos direitos de voto correspondentes.

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS DEMONSTRACÕES FINANCEIRAS SEMESTRAIS ANEXAS REPORTADA A 30 DE JUNHO DE 2005 (VALORES EM EUROS)

Autofinanciamento	2.918.744
-------------------	-----------

Acções próprias (Quantidade, Valor Unitário e Valor Nominal):

52.213 a € 5	261.065
--------------	---------

Durante o primeiro semestre de 2005 não foram efectuadas operações sobre acções próprias.



LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.
BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	30.06.05			31.12.04	30.06.04
		AB	AA	AL	AL	AL
IMOBILIZADO:						
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	10	19.691	19.691	-	-	375
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais		-	-	-	-	14.084.357
Edifícios e outras construções		-	-	-	-	25.657.651
Equipamento básico	10	102.732.521	64.336.266	38.396.255	39.787.376	44.341.441
Equipamento de transporte	10	1.122.931	601.158	521.773	569.686	252.540
Ferramentas e utensílios	10	56.868	39.909	16.959	19.969	22.999
Equipamento administrativo	10	1.293.577	939.090	354.487	404.525	462.775
Outras imobilizações corpóreas	10	764.521	246.087	518.434	532.654	548.450
Imobilizações em curso	10	118.774	-	118.774	107.149	228.869
		106.089.192	66.162.510	39.926.682	41.421.359	85.599.082
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	13.880.161	-	13.880.161	13.880.161	14.025.369
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	936.645	-	936.645	936.504	3.621.846
Empréstimos a empresas associadas	10 e 16	500.000	-	500.000	500.000	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	10	14.964	-	14.964	14.964	14.964
		15.331.770	-	15.331.770	15.331.629	18.162.179
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						
Clientes, conta corrente		-	-	-	-	783.999
Empresas do grupo		-	-	-	-	4.051.082
Empresas participadas e participantes	16	5.550.207	-	5.550.207	5.051.609	-
Outros devedores	21 e 23	8.921.156	8.339.823	581.333	589.258	591.484
		14.471.363	8.339.823	6.131.540	5.640.867	5.426.565
CIRCULANTE:						
Existências:						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 e 41	853.495	4.630	848.865	868.067	860.833
Produtos e trabalhos em curso	42	211.291	-	211.291	108.778	153.824
Mercadorias	21 e 41	134.814	134.484	330	726.826	134.814
		1.199.600	139.114	1.060.486	1.703.671	1.149.471
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						
Clientes, conta corrente		13.605.394	-	13.605.394	14.024.050	14.601.798
Clientes - títulos a receber		48.877	-	48.877	46.629	378.031
Clientes de cobrança duvidosa	21 e 23	9.450.965	9.450.965	-	-	-
Empresas do grupo	16	701.538	-	701.538	561.702	-
Empresas participadas e participantes	16	1.957.051	-	1.957.051	1.843.723	2.111.833
Adiantamentos a fornecedores		170.000	-	170.000	-	16.411
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		104.000	-	104.000	62.313	1.018
Estado e outros entes públicos	48	584.014	-	584.014	701.715	762.636
Outros devedores	21 e 23	7.803.983	126.081	7.677.902	7.968.846	880.353
		34.425.822	9.577.046	24.848.776	25.208.978	18.752.080
Títulos negociáveis:						
Outras aplicações de tesouraria	21 e 52	629.972	395.260	234.712	209.248	199.972
Depósitos bancários e caixa:						
Depósitos bancários	52	4.505.394	-	4.505.394	5.470.538	2.714.544
Caixa	52	6.316	-	6.316	649	6.741
		4.511.710	-	4.511.710	5.471.187	2.721.285
Acréscimos e diferimentos:						
Acréscimos de proveitos	49	57.426	-	57.426	29.825	13.675
Custos diferidos	49	2.012.235	-	2.012.235	1.579.217	1.635.450
		2.069.661	-	2.069.661	1.609.042	1.649.125
Total de amortizações			66.182.201			
Total de ajustamentos			18.451.243			
Total do activo		178.748.781	84.633.444	94.115.337	96.595.981	133.660.134

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - Impressão e Artes Gráficas, S.A.

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004 E 31 DE DEZEMBRO DE 2004
(Montantes expressos em Euros)

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30.06.05	31.12.04	30.06.04
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital	36, 37 e 40	20.000.000	20.000.000	20.000.000
Acções próprias - Valor nominal	40	(261.065)	(261.065)	(261.065)
Acções próprias - Descontos e prémios	40	(213.056)	(213.056)	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	7.196.951	7.196.951	8.056.989
Reservas de reavaliação	40	315.285	390.903	28.021.789
Reservas:				
Reserva legal	40	1.008.586	907.140	907.140
Outras reservas	40	8.424	8.424	8.424
Resultados transitados	40	(16.902.636)	(18.905.723)	(47.396.649)
Subtotal		11.152.489	9.123.574	9.123.572
Resultado líquido do período	40	145.621	2.028.915	1.369.574
Total do capital próprio		11.298.110	11.152.489	10.493.146
PASSIVO:				
Provisões:				
Outras provisões	34	453.012	1.117.180	2.140.000
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:				
Dívidas a instituições de crédito	50	10.379.218	12.387.195	23.607.254
Fornecedores, conta corrente	53	995.515	751.870	563.922
Outros empréstimos obtidos	50	9.797.958	9.686.663	12.653.058
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		-	-	309.845
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15 e 54	8.396.196	10.159.537	20.745.202
Estado e outros entes públicos	28 e 48	6.288.513	6.361.005	6.288.514
		35.857.400	39.346.270	64.167.795
Dívidas a terceiros - Curto prazo:				
Empréstimos por obrigações:				
Não convertíveis	50	299	299	299
Dívidas a instituições de crédito	50	4.976.384	3.859.096	5.487.803
Fornecedores, conta corrente		14.641.870	13.742.359	14.993.209
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		30.296	58.776	156.509
Fornecedores - títulos a pagar		1.565.122	2.181.304	1.299.917
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar		845.950	1.197.638	1.242.469
Empresas do grupo	16	9.680.455	9.680.455	9.112.810
Empresas participadas e participantes		-	-	220.940
Outros empréstimos obtidos	50	1.314.718	2.313.595	6.159.550
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	4.907.980	5.036.531	7.497.642
Estado e outros entes públicos	28 e 48	1.860.462	1.802.899	1.961.031
Outros credores	51	4.011.305	3.050.164	3.714.342
		43.834.841	42.923.116	51.846.521
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de custos	49	2.097.976	1.440.703	2.083.983
Proveitos diferidos	49	573.998	616.223	2.928.689
		2.671.974	2.056.926	5.012.672
Total do passivo		82.817.227	85.443.492	123.166.988
Total do capital próprio e passivo		94.115.337	96.595.981	133.660.134

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em Euros)

	Notas	30 de Junho de 2005		30 de Junho de 2004	
CUSTOS E PERDAS					
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:					
Mercadorias	41	200.000		71.370	
Matérias	41	4.587.245	4.787.245	3.796.575	3.867.945
Fornecimentos e serviços externos			4.707.772		3.372.504
Custos com o pessoal:					
Remunerações		3.956.315		3.713.345	
Encargos sociais:					
Outros		1.613.943	5.570.258	1.694.443	5.407.788
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10		2.773.123		3.541.004
Impostos		54.396		212.150	
Outros custos e perdas operacionais		4.253	58.649	688	212.838
(A)					
Perdas em empresas do grupo e associadas	45	37.864	17.897.047		16.402.079
Juros e custos similares:					
Outros	45	1.260.690	1.298.554	2.148.223	2.148.223
(C)			19.195.601		18.550.302
Custos e perdas extraordinários	46		195.951		559.624
(E)			19.391.552		19.109.926
Imposto sobre o rendimento do semestre	48		28.144		-
(G)			19.419.696		19.109.926
Resultado líquido do semestre			145.621		1.369.574
			19.565.317		20.479.500
PROVEITOS E GANHOS					
Vendas:					
Mercadorias	44	283.284		99.375	
Produtos	44	17.263.024	17.546.308	15.984.605	16.083.980
Variação da produção	42		102.513		75.547
Trabalhos para a própria empresa			130.813		139.439
Proveitos suplementares	16	608.397		555.245	
Outros proveitos e ganhos operacionais		145.665	754.062	1.640.989	2.196.234
(B)			18.533.696		18.495.200
Ganhos em empresas do grupo e associadas	45	-		198.838	
Rendimentos de participações de capital	45	3.875		6.643	
Outros juros e proveitos similares:					
Outros	45	35.047	38.922	14.507	219.988
(D)			18.572.618		18.715.188
Proveitos e ganhos extraordinários	46		992.699		1.764.312
(F)			19.565.317		20.479.500
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			636.649		2.093.121
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =			(1.259.632)		(1.928.235)
Resultados correntes: (D) - (C) =			(622.983)		164.886
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			173.765		1.369.574
Resultado líquido do semestre: (F) - (G) =			145.621		1.369.574

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Liliana Cardeira Nunes

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

António Pedro Marques Patrocínio - Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luis André Lavrador

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 30 DE JUNHO DE 2005

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como actividade principal a impressão de revistas, boletins e listas telefónicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.c), infra. A Empresa não irá preparar demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei 238/91 está dispensada de o fazer, em virtude das participações financeiras em empresas do grupo, relativas à Gestigráfica - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Gestigráfica") e Grafilis – Reprodução e Artes Gráficas, S.A. ("Grafilis") não serem materialmente relevantes no seu conjunto, para a apresentação da imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultado do grupo e da participação financeira na Gрафedisport – Impressão e Artes Gráficas S.A. ("Grafedisport") se encontrar registada pelo método da equivalência patrimonial, o que permite reflectir nas demonstrações da Empresa o efeito da consolidação dos capitais próprios e resultado do semestre findo em 30 de Junho de 2005.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com as disposições legais (Nota 12), com base em coeficientes oficiais de desvalorização monetária. As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, sobre os valores de custo ou reavaliado dos imobilizados, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
Equipamento básico	10 a 20
Equipamento de transporte	8 a 14
Ferramentas e utensílios	8 a 10
Equipamento administrativo	6 a 16
Outras imobilizações corpóreas	16

Como resultado das reavaliações legais efectuadas (Nota 12), as amortizações do semestre findo em 30 de Junho de 2005, foram aumentadas em 75.618 Euros. Este montante não é aceite em 40 % como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). Adicionalmente, as amortizações de exercícios futuros serão aumentadas em 315.285 Euros (Nota 13).

A Empresa classifica as despesas suportadas com grandes reparações efectuadas no equipamento básico que comprovadamente prolongarão a sua vida útil como custo adicional desse equipamento. Estas despesas são amortizadas pelo método das quotas constantes durante o seu período estimado de realização.

b) Locação financeira

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, calculada conforme descrito na Nota 3.a), são registados como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros nas empresas do grupo e associadas estão registados pelo método da equivalência patrimonial. Na data da primeira aplicação deste método (1 de Janeiro de 1997) as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios dessas empresas reportados a essa data, foram registadas no capital próprio na rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. Em exercícios subsequentes, o valor das participações financeiras foi ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros, bem como por outras variações verificadas nos capitais próprios dessas empresas por contrapartida da rubrica “Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas”. As diferenças apuradas após 1 de Janeiro de 1997, na aquisição de investimentos financeiros, são registadas em trespasses e são amortizadas no período em que se estima recuperar aqueles investimentos.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o FIFO (primeiras entradas, primeiras saídas) como método de custeio. Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, e que é inferior ao respectivo valor de mercado.

e) Ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos em créditos de cobrança duvidosa foram calculados com base na avaliação dos riscos estimados pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores.

f) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos.

g) Subsídios atribuídos para financiamento de imobilizações corpóreas

Os subsídios atribuídos, a fundo perdido, para financiamento da aquisição de imobilizações corpóreas, são registados como proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

h) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos ou custos na demonstração dos resultados.

i) Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos relacionados com diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação não foram registados, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística n.º 28 (Nota 6).

j) Outras aplicações de tesouraria

As aplicações de tesouraria referem-se a aplicações em acções e encontram-se registadas ao custo de aquisição, ajustado ao respectivo valor de mercado.

k) Letras descontadas

Os saldos de clientes titulados por letras descontadas e não vencidas à data do balanço são deduzidos à correspondente rubrica do activo, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização de exercícios (Nota 26).

l) Operações de “factoring”

As contas a receber cedidas em “factoring” estão evidenciadas ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas empresas de “factoring” são registados no passivo numa rubrica de “Outros credores” e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber, à medida que se efectuam as cobranças dos valores em dívida.

6. IMPOSTOS

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa normal de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando numa taxa de imposto agregada de 27,5%.

Nos termos de artigo n.º 81 do Código do IRC a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2001 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2005, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a, aproximadamente, 6.198.000 Euros, os quais caducam conforme segue:

2007	11.000
2008	6.187.000

	6.198.000
	=====

Conforme referido na Nota 3.i), a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre os resultados para fins contabilísticos e para fins de tributação. Caso se tivesse optado por registar o seu efeito, seriam reconhecidos activos por impostos diferidos, relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e com provisões não aceites fiscalmente de aproximadamente, 2.168.000 Euros e passivos por impostos diferidos de, aproximadamente, 458.000 Euros.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004 o número médio de pessoal ao serviço da Empresa foi de 398 e 383 empregados, respectivamente.

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

O movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, no semestre findo em 30 de Junho de 2005, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto					Saldo final
	Saldo inicial	Equivalência patrimonial	Adições	Alienações e abates	Transferências	
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	19.691	-	-	-	-	19.691
Imobilizações corpóreas:						
Equipamento básico	102.577.252	-	1.139.338	(1.070.114)	86.045	102.732.521
Equipamento de transporte	1.091.051	-	31.880	-	-	1.122.931
Ferramentas e utensílios	56.868	-	-	-	-	56.868
Equipamento administrativo	1.286.669	-	6.908	-	-	1.293.577
Outras imobilizações	761.871	-	2.650	-	-	764.521
corpóreas						
Imobilizações em curso	107.149	-	97.670	-	(86.045)	118.774
	105.880.860	-	1.278.446	(1.070.114)	-	106.089.192
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	13.880.161	-	-	-	-	13.880.161
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	936.504	141	-	-	-	936.645
Empréstimos a empresas associadas	500.000	-	-	-	-	500.000
Títulos e outras aplicações financeiras	14.964	-	-	-	-	14.964
	15.331.629	141	-	-	-	15.331.770

Rubricas	Amortizações acumuladas			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	<u>19.691</u>	-	-	<u>19.691</u>
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento básico	62.789.876	2.616.504	(1.070.114)	64.336.266
Equipamento de transporte	521.365	79.793	-	601.158
Ferramentas e utensílios	36.899	3.010	-	39.909
Equipamento administrativo	882.144	56.946	-	939.090
Outras imobilizações corpóreas	229.217	16.870	-	246.087
	<u>64.459.501</u>	<u>2.773.123</u>	<u>(1.070.114)</u>	<u>66.162.510</u>

O aumento verificado na rubrica “Partes de capital em empresas associadas” foi como segue:

Reconhecimento de mais-valia (Nota 46) (a)	38.005
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 45)	(37.864)

	141

- (a) Em 7 de Janeiro de 2004 a Empresa subscreveu e realizou uma participação financeira de 50% no capital da Gрафedisport – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Grafedisport”) de 1.250.000 Euros e realizou prestações acessórias de 500.000 Euros mediante a entrega de activos fixos corpóreos avaliados em 1.750.000 Euros. Em resultado desta operação o valor do investimento financeiro na Grafedisport encontra-se deduzido de metade do valor líquido da mais-valia apurada na entrega dos referidos activos no montante de 266.040 Euros (Nota 16) tendo sido reconhecidos 38.005 Euros no semestre findo em 30 de Junho de 2005.

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS (LEGISLAÇÃO)

A Empresa procedeu à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente:

- Decreto-Lei nº 126/77, de 2 de Abril
- Decreto-Lei nº 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei nº 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei nº 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei nº 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei nº 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondentes reavaliações efectuadas ao abrigo de disposições legais em 30 de Junho de 2005, líquidos de amortizações acumuladas e abates, é o seguinte:

	Custos históricos	Reavaliações (Nota 40)	Valores contabilísticos reavaliamos
Equipamento básico	<u>2.263.764</u>	<u>315.285</u>	<u>2.579.049</u>

15. LOCAÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa mantém os seguintes bens em regime de locação financeira:

	Custo histórico	Reavaliação	Amortização acumulada	Valor líquido
Equipamento básico	52.635.441	6.710.187	(35.225.966)	24.119.662
Equipamento de transporte	791.126	-	(386.334)	404.792
Ferramentas e utensílios	36.617	-	(24.411)	12.206
Equipamento administrativo	79.745	-	(48.593)	31.152
	<u>53.542.929</u>	<u>6.710.187</u>	<u>(35.685.304)</u>	<u>24.567.812</u>

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa tinha registado na rubrica “Fornecedores de imobilizado, conta corrente” 11.413.459 Euros, relativos a contas a pagar às locadoras, dos quais 8.108.196 Euros estão classificados a médio e longo prazo por se vencerem a mais de um ano (Nota 54), e são como segue:

2005	<u>3.305.263</u>
2006	<u>2.904.493</u>
2007	<u>2.589.500</u>
2008	<u>2.614.203</u>
	<u>8.108.196</u>
	<u>11.413.459</u>

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

Em 30 de Junho de 2005, os principais elementos financeiros das empresas do grupo e associadas extraídos das respectivas demonstrações financeiras não auditadas naquela data, eram como segue:

Empresas do grupo:

Designação	Activo	Capital próprio	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Gestigráfica (a)	13.431.616	13.378.469	-	(148)	90,48	<u>13.880.161</u>

- (a) O valor do investimento financeiro na Gestigráfica foi deduzido da mais-valia apurada no exercício de 1999 relativa à alienação de diversas participações financeiras em empresas participadas àquela empresa no montante de 2.271.345 Euros, que engloba a menos valia potencial na alienação da participação na Naveprinter – Indústria Gráfica do Norte, S.A. de 2.204.515 Euros, tendo igualmente sido acrescido de outras regularizações de 568.522 Euros. No exercício de 2003, a Empresa celebrou um acordo tendente à compra dos restantes 9,52% do capital da Gestigráfica, pelo seu valor nominal que ascende a 5.000 Euros, pelo que a Empresa apropriou-se de 100% do capital próprio da mesma, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que o referido acordo é irrevogável. Os montantes apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa do grupo em 30 de Junho de 2005. Adicionalmente, a Gestigráfica detém uma participação financeira de 100% do capital da Grafilis.

Empresas associadas:

Designação	Activo	Capital próprio (b)	Proveitos totais	Resultado líquido	Percentagem de participação efectiva	Valores de balanço (Nota 10)
Grafedisport (a)	12.199.232	3.405.370	3.327.230	(75.729)	50%	<u>936.645</u>

(a) Os valores apresentados foram extraídos das demonstrações financeiras não auditadas da empresa associada em 30 de Junho de 2005. Esta participação financeira encontra-se registada pelo método da equivalência patrimonial. O valor do investimento financeiro foi deduzido da mais-valia inicialmente apurada no exercício de 2004 relativa à realização em espécie do capital da Grafedisport no montante de 266.040 Euros (Nota 10).

(b) Este montante inclui 1.000.000 Euros de prestações acessórias.

Em 30 de Junho de 2005, os saldos com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Clientes, conta corrente	Outros devedores	Empresas do grupo, participadas e participantes	Empréstimos de financiamento	Fornecedores, conta corrente	Empresas do grupo
Gestigráfica	584	-	-	-	-	9.680.455
Grafilis	6.950	-	701.538	-	-	-
Gesprint	-	-	6.657.387	-	895.629	-
Naveprinter	252.035	2.116.585	7.697	-	2.309.838	-
Grafedisport	13.200	5.168	842.174	500.000	-	-
	<u>272.769</u>	<u>2.121.753</u>	<u>8.208.796</u>	<u>500.000</u>	<u>3.205.467</u>	<u>9.680.455</u>

Em 30 de Junho de 2005, as transacções com empresas do grupo, associadas e relacionadas, são conforme segue:

	Fornecimentos e serviços externos	Proveitos suplementares
Grafedisport	-	331.768
Gesprint	448.364	-
	<u>448.364</u>	<u>331.768</u>

21. AJUSTAMENTOS

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reversão (Nota 46)	Saldo final
Ajustamentos em existências:			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4.630	-	4.630
Mercadorias	134.484	-	134.484
	<u>139.114</u>	<u>-</u>	<u>139.114</u>
Ajustamentos em dívidas de terceiros:			
Clientes, conta corrente	9.452.165	(1.200)	9.450.965
Outros devedores	8.465.904	-	8.465.904
	<u>17.918.069</u>	<u>(1.200)</u>	<u>17.916.869</u>
Ajustamentos em títulos negociáveis:			
Outras aplicações de tesouraria	420.724	(25.464)	395.260
	<u>18.477.907</u>	<u>(26.664)</u>	<u>18.451.243</u>

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 30 de Junho de 2005, existiam dívidas consideradas de cobrança duvidosa de 9.450.965 Euros e 8.465.904 Euros registadas nas rubricas de “Clientes de cobrança duvidosa” e “Outros devedores”, respectivamente, estando ajustadas na sua totalidade (Nota 21).

26. DÍVIDAS TITULADAS

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas de, aproximadamente, 6.561.000 Euros.

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM MORA

Em 30 de Junho de 2005, existiam contas a pagar em mora em sede de Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”), de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (“IRS”), Contribuições para a Segurança Social e outros impostos de 900.204 Euros, 2.113.155 Euros, 4.432.404 Euros e 33.582 Euros, respectivamente (Nota 48).

No exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento (“IAPMEI”), Segurança Social e Direcção Geral de Impostos a instauração de um procedimento extrajudicial de conciliação nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro conducente à regularização dos valores vencidos, tendo proposto a regularização das dívidas vencidas à Segurança Social em cento e cinquenta prestações mensais e a regularização das dívidas vencidas de IRS e de IVA em sessenta prestações mensais, e juros vincendos calculados à taxa de 2,5%. O acordo final para a regularização nos termos propostos foi subscrito pelas partes envolvidas em 31 de Julho de 2005 o qual aprova o não pagamento de juros vencidos, dele sendo lavrada acta final nessa data, prevendo-se o seu início em Setembro de 2005. O referido procedimento extrajudicial de conciliação tem como pressuposto a consolidação financeira da Empresa, tendo sido acordado até ao final da execução das medidas por parte da Empresa um conjunto de obrigações.

29. DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

Em 30 de Junho de 2005, as dívidas ao Estado e outras entidades públicas e as dívidas a instituições de crédito, com vencimento a mais de cinco anos inclusive, ascendiam a 2.808.933 Euros (Nota 28) e 8.060.232 Euros (Nota 50), respectivamente.

30. DÍVIDAS A TERCEIROS COBERTAS POR GARANTIAS REAIS PRESTADAS PELA EMPRESA

Em 30 de Junho de 2005, existiam empréstimos bancários e contratos de locação financeira garantidos por penhor mercantil sobre alguns equipamentos até 5.450.000 Euros e 2.000.000 Euros, respectivamente.

32. GARANTIAS PRESTADAS

Em 30 de Junho de 2005, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas a favor de terceiros de 5.692.935 Euros, que visam, essencialmente, garantir os pagamentos do subsídio reembolsável obtido junto do IAPMEI de 2.011.678 Euros (Nota 50) e da dívida ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no valor de 4.432.404 Euros (Nota 28).

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, as provisões foram reduzidas em 664.168 Euros (Nota 46), as quais destinam-se a cobrir riscos inerentes à actividade da Empresa.

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2005, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, era composto por 4.000.000 de acções com o valor nominal de cinco Euros cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL

A seguinte pessoa colectiva detém mais de 20% do capital subscrito em 30 de Junho de 2005:

Nome	Percentagem	Montante
GESTPRINT – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	73,11%	14.622.000

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o semestre findo em 30 de Junho de 2005, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Aplicação de resultados	Transferências	Saldo Final
Capital	20.000.000	-	-	-	20.000.000
Acções próprias – valor nominal	(261.065)	-	-	-	(261.065)
Acções próprias – descontos e prémios	(213.056)	-	-	-	(213.056)
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	7.196.951	-	-	-	7.196.951
Reservas de reavaliação (Nota 13)	390.903	-	-	(75.618)	315.285
Reserva legal	907.140	-	101.446	-	1.008.586
Outras reservas	8.424	-	-	-	8.424
Resultados transitados	(18.905.723)	-	1.927.469	75.618	(16.902.636)
Resultado líquido do exercício	2.028.915	145.621	(2.028.915)	-	145.621
	11.152.489	145.621	-	-	11.298.110

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de reavaliação: Esta rubrica resulta da reavaliação do immobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Notas 12 e 13). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos do capital e cobertura de resultados transitados negativos.

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 27 de Abril de 2005, foi decidido transferir 5% do resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 para “Reserva legal” no valor de 101.446 Euros e o remanescente para resultados transitados, no valor de 1.927.469 Euros.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no semestre findo em 30 de Junho de 2005, foi determinado como segue:

	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	861.310	872.697
Compras	-	4.575.401
Regularização de existências	(526.496)	(7.358)
Existências finais	<u>(134.814)</u>	<u>(853.495)</u>
	<u>200.000</u>	<u>4.587.245</u>

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no semestre findo em 30 de Junho de 2005, é como segue:

Existências finais	211.291
Existências iniciais	(108.778)
	<u>102.513</u>

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no semestre findo em 30 de Junho de 2005, foram como segue:

Conselho de Administração	103.997
Conselho Fiscal	11.700
	<u>115.697</u>

44. VENDAS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços, no semestre findo em 30 de Junho de 2005, distribuem-se da seguinte forma:

Mercado interno	17.274.197
Mercado externo	272.111
	<u>17.546.308</u>

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Juros suportados	1.112.407	2.025.629
Perdas em empresas do grupo e associadas (Nota 10)	37.864	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	270	483
Descontos de pronto pagamento concedidos	47.014	43.660
Outros custos e perdas financeiros	<u>100.999</u>	<u>78.451</u>
	<u>1.298.554</u>	<u>2.148.223</u>
Resultados financeiros	<u>(1.259.632)</u>	<u>(1.928.235)</u>
	<u>38.922</u>	<u>219.988</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	34.196	4.266
Ganhos em empresas do grupo e associadas	-	198.838
Rendimentos de participações de capital	3.875	6.643
Diferenças de câmbio favoráveis	65	154
Descontos de pronto pagamento obtidos	786	10.087
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>38.922</u>	<u>219.988</u>

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos semestres findos em 30 de Junho de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

	2005	2004
Custos e perdas:		
Multas e penalidades	169.960	14.800
Donativos	5.986	12.852
Perdas em existências	-	773
Perdas em imobilizações	-	10.394
Aumentos de ajustamentos	-	520.000
Outros custos e perdas extraordinários	<u>20.005</u>	<u>805</u>
	<u>195.951</u>	<u>559.624</u>
Resultados extraordinários	<u>796.748</u>	<u>1.204.688</u>
	<u>992.699</u>	<u>1.764.312</u>
Proveitos e ganhos:		
Ganhos em imobilizações e existências	15.000	390.451
Reduções de ajustamentos (Nota 21)	26.664	-
Reduções de provisões (Nota 34)	664.168	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	28.251	8
Outros proveitos e ganhos extraordinários	<u>258.616</u>	<u>1.373.853</u>
	<u>992.699</u>	<u>1.764.312</u>

A rubrica "Outros proveitos e ganhos extraordinários" é composta como segue:

Subsídios ao investimento	42.225
Outros (a)	<u>216.391</u>
	<u>258.616</u>

- (a) Este montante inclui 38.005 Euros relativos ao reconhecimento de parte da mais-valia deferida originada no aumento de capital da Grafedisport (Nota 10).

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 30 de Junho de 2005, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

Saldos devedores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:	
Pagamento especial por conta	118.924
Imposto sobre o Valor Acrescentado	<u>465.090</u>
	<u>584.014</u>

Saldos credores:

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas	
Singulares - retenções na fonte	2.273.999
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (a)	26.749
IVA	1.101.609
Contribuições para a Segurança Social	4.705.999
Outros impostos	<u>40.619</u>
	<u>8.148.975</u>

(a) Este montante respeita à estimativa de imposto de 28.144 Euros relativa ao semestre findo em 30 de Junho de 2005, líquida de retenções na fonte de 1.395 Euros.

As contas a pagar relativas a IVA, IRS, Segurança Social e outros impostos incluem valores vencidos de 900.204 Euros, 2.113.155 Euros, 4.432.404 Euros e 33.582 Euros, respectivamente. Durante o exercício de 2003, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento, Segurança Social e Fazenda Pública a regularizações destes valores, nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro (Nota 28), tendo tal pedido merecido acordo daquelas entidades, conforme acta de acordo final subscrita em 31 de Julho de 2005.

49. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2005, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	<u>57.426</u>
-----------------	---------------

Custos diferidos:

Peças para conservação de máquinas	935.353
Juros antecipados	243.563
Rendas de edifícios e instalações	242.812
Seguros	101.839
Outros	<u>488.668</u>
	<u>2.012.235</u>

Acréscimos de custos:

Seguros a liquidar	52.228
Remunerações a liquidar	1.378.889
Fornecimentos e serviços externos (a)	578.337
Juros vencidos e não pagos	<u>88.522</u>
	<u>2.097.976</u>

Proveitos diferidos:

Subsídios ao investimento (Nota 3.g))	<u>573.998</u>
---------------------------------------	----------------

(a) Inclui um montante de 448.364 Euros relativo a serviços de gestão prestados pela Gestprint-SGPS, S.A. (Nota 16).

50. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2005, o detalhe dos empréstimos obtidos era o seguinte:

	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos bancários:			
Banco Português de Investimento, S.A. (“BPI”) (a)	706.630	290.966	997.596
BPI (b)	735.727	386.568	1.122.295
Banco Comercial Português, S.A. (“BCP”) (c)	466.945	7.825.570	8.292.515
Outros (d)	3.067.082	1.876.114	4.943.196
	<u>4.976.384</u>	<u>10.379.218</u>	<u>15.355.602</u>
Empréstimos por obrigações:			
Emissão de 1988	<u>299</u>	<u>-</u>	<u>299</u>
Outros empréstimos:			
Papel comercial (e)	1.075.232	8.025.766	9.100.998
IAPMEI (f)	239.486	1.772.192	2.011.678
	<u>1.314.718</u>	<u>9.797.958</u>	<u>11.112.676</u>
	<u>6.291.401</u>	<u>20.177.176</u>	<u>26.468.577</u>

- (a) Este empréstimo (Nota 30), vence juros à taxa Lisbor acrescida de 2% e destinou-se a financiar a aquisição do negócio de impressão de listas telefónicas e activos e passivos a este afectos.
- (b) Este empréstimo (Nota 30) destinou-se a financiar a aquisição da participação financeira na Gestigráfica. O empréstimo vence juros à taxa Lisbor acrescida de 2%, estando as receitas do negócio de impressão de listas telefónicas consignadas como garantia.
- (c) Este empréstimo destina-se a reforço de tesouraria, vence juros à taxa Euribor a 30 dias acrescida de 1,00%.
- (d) Estes empréstimos vencem juros a taxas normais de mercado e incluem 1.094.855 Euros, registados a médio e longo prazo por não terem um plano de reembolso definido e não ser intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto-prazo e 1.174.255 Euros relativos a descobertos bancários (Nota 52), os quais se encontram registados no curto-prazo.

Em 30 de Junho de 2005, o plano de reembolso dos empréstimos bancários, exceptuando a parcela que não tem plano de reembolso definido, supra referida, no total de 14.260.747 Euros, é conforme segue:

2005	4.976.384
2006	2.292.684
2007	1.033.891
2008	933.891
2009	1.606.183
2010	2.278.476
2011	<u>1.139.238</u>
	<u>14.260.747</u>

- (e) O papel comercial vence juros a taxas normais de mercado. A parcela de médio e longo prazo, inclui 2.500.000 Euros que não tem um plano de reembolso definido, nem é intenção da Empresa efectuar o seu reembolso no curto prazo. O plano de reembolso do papel comercial, exceptuando a parcela supra referida, é o seguinte:

2005	1.075.232
2006	4.825.233
2007	<u>700.533</u>
	<u>6.600.998</u>

(f) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703) recebido nos exercícios de 1996 e 1998 no total de 5.167.207 Euros. Este valor corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respectivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 30 de Junho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros, encontrando-se em dívida 2.011.678 Euros, o qual foi objecto de uma garantia bancária prestada pelo BPI. A Empresa mantém um depósito a prazo nesta entidade de 900.438 Euros cuja movimentação está condicionada à extinção da referida garantia. Em 30 de Junho de 2005, aquele montante encontra-se vencido e não pago, pelo que, a Empresa solicitou ao IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento a regularização deste valor nos termos do Decreto-Lei nº 316/98, de 20 de Outubro. À presente data, a Empresa já obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado, num plano de oitenta e quatro prestações mensais e iguais que prevê o não pagamento de juros vencidos e prevê o pagamento de juros vincendos à taxa de 2,5% por ano, o qual terá início em Setembro de 2005.

51. OUTROS CREDORES – CURTO PRAZO

O saldo desta rubrica em 30 de Junho de 2005, refere-se essencialmente a adiantamentos recebidos pela Empresa relativos a operações de *factoring*.

52. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 30 de Junho de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, o detalhe de caixa e seus equivalentes é conforme segue:

	30 de Junho de 2005	31 de Dezembro de 2004
Numerário	6.316	649
Depósitos à ordem	39.552	1.391.082
Depósitos a prazo	4.465.842	4.079.456
Outras aplicações de tesouraria	629.972	629.972
Descobertos bancários (Nota 50)	<u>(1.174.255)</u>	<u>(706.122)</u>
	<u>3.967.427</u>	<u>5.395.037</u>

Em 30 de Junho de 2005, os depósitos a prazo encontram-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Notas 28 e 32).

53. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2005, na sequência de acordos estabelecidos com diversos fornecedores, a Empresa contratou o alargamento do prazo de pagamento de dívidas a fornecedores, vencendo-se no médio e longo prazo 995.515 Euros sem vencimento de juros.

54. DÍVIDAS A FORNECEDORES DE IMOBILIZADO DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 30 de Junho de 2005, o detalhe das dívidas a fornecedores de imobilizado registadas no médio e longo prazo, era conforme segue:

Locação financeira (Nota 15)	8.108.196
Outros (a)	288.000
	<u>8.396.196</u>

(a) Este montante respeita à conta a pagar aos anteriores accionistas da referida empresa participada que se vence no médio prazo, como segue:

2006	216.000
2007	72.000
	<u><u>288.000</u></u>

Queluz de Baixo, 26 de Agosto de 2005

O Técnico Oficial de Contas:

Liliana Cardeira Nunes

O Conselho de Administração:

António Pedro Marques Patrocínio – Presidente

José Pedro Franco Brás Monteiro

José Luís André Lavrador

**RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA
CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL**

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 246º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2005 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas, S.A. (“Empresa”) incluída no relatório de gestão, no balanço, que evidencia um total de 94.115.337 Euros e capitais próprios de 11.298.110 Euros, incluindo um resultado líquido de 145.621 Euros, na demonstração dos resultados do semestre findo naquela data e no correspondente anexo.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa.

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita, e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 8 abaixo, o nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

Reserva

8. O balanço em 30 de Junho de 2005, inclui contas a receber de terceiros, essencialmente de empresas relacionadas de, aproximadamente, 10.660.000 Euros, originadas, principalmente, em exercícios anteriores. A cobrança deste valor depende do sucesso futuro das operações dessas empresas e do apoio financeiro dos seus accionistas. A esta data e com a informação actualmente disponível, não nos é possível concluir quanto ao momento e respectivo valor de realização.

Parecer

9. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 8 acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2005 da Lisgráfica – Impressão e Artes Gráficas S.A. não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

10. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal. Conforme mencionado no anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005, nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de Julho, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas em virtude das participações financeiras em empresas do grupo não serem materialmente relevantes no seu conjunto. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido e no capital próprio os efeitos da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível dos activos, passivos e proveitos totais.
11. Conforme mencionado na Nota 6 do anexo às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005, a Empresa optou por não registar os impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e para fins de tributação, tal como previsto nas disposições transitórias da Directriz Contabilística nº 28. Àquela data os activos e passivos por impostos diferidos estimam-se em 2.168.000 Euros e 458.000 Euros, respectivamente, sendo realizáveis e exigíveis caso a Empresa venha a registrar resultados fiscais suficientes.
12. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, embora em 30 de Junho de 2005 os resultados transitados negativos ascendem a 16.902.636 Euros. Tal como referido no Relatório do Gestão, o Conselho de Administração tomou várias medidas e perspectiva ainda outras que, em seu entender permitirão a continuidade das operações. Nestas circunstâncias, a continuidade das operações da Empresa, a realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das operações, dependem do sucesso futuro destas e do apoio financeiro dos seus accionistas.
13. As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram por nós examinadas e o nosso Relatório de Auditoria datado de 31 de Março de 2005, inclui uma reserva semelhante à descrita no parágrafo 8 acima e cinco ênfases, uma semelhante a esta, duas não aplicáveis às demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2005 e duas semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 11 e 12 acima.

Lisboa, 27 de Agosto de 2005